
REVISTA

CERES

DIRETORES

Prof. Edson Potsch Magalhães
Prof. Arlindo P. Gonçalves
Prof. Joaquim Matoso
Prof. Jurema Soares Aroeira
Prof. J. M. Pompeu Memória

Janeiro a Junho de 1961

VOL. XI

N. 64

VIÇOSA — MINAS

Caixa Postal, 4—UREMG—E. F. Leopoldina

UMA APRECIÇÃO DA ECONOMIA RURAL NO BRASIL

WILLIAM H. NICHOLLS (*)

Universidade de Vanderbilt.

Quando se tenciona construir,
Primeiro se há de fazer o levantamento
do terreno, para em seguida se fazer a
planta da casa...

Shakespeare, King Henry IV, Parte II

Não obstante o afluxo cada vez maior de estudantes estrangeiros para os cursos universitários americanos, e apesar de aumentar sempre o número de especialistas americanos que aceitam designações para trabalharem fora de seu país, a maioria dos economistas rurais americanos continua decididamente fechada aos problemas exteriores e etnocêntrica. Enquanto assim agirmos, dificilmente podemos esperar que a preparação ministrada aos estudantes estrangeiros ou aos especialistas americanos lhes seja suficiente à melhor prestação de serviços possível no estrangeiro.

(*) Sou grato à Fundação Ford pela assistência financeira que me permitiu fazer tal levantamento da Economia Rural no Brasil. Todavia, as opiniões aqui expressas são de minha inteira responsabilidade e não são necessariamente endossadas pela Fundação Ford, ou por quaisquer de seus funcionários. Sou também muito grato aos grupos de economistas, economistas rurais, agrônomos e administradores, que deram tão generosamente do seu tempo e foram tão hospitaleiros durante a minha estadia no Brasil.

Muitos aspectos dêste problema se não de solucionar tão somente quando as Escolas e Universidades Americanas se decidirem a alargar suas próprias perspectivas, seus objetivos e currículos, no sentido de robustecer-lhes a dimensão internacional, (1). Entrementes, porém, progressos consideráveis se haveriam de obter se nós, economistas rurais americanos, procurássemos melhorar nossos conhecimentos e nossa compreensão a respeito da organização e do estado em que se encontra o nosso campo específico em outros países (máxime subdesenvolvidos). Sem tais conhecimentos e compreensão é-nos árduo fazer uma seleção mais equilibrada dos estudantes que pleiteiam admissão em nossas Universidades. É-nos quase impossível adaptar nossos currículos de sorte a satisfazer as necessidades intelectuais dos nossos estudantes estrangeiros ou ajudá-los a darem a melhor contribuição possível, ao retornarem aos seus países de origem. Nem nos será igualmente possível preparar economistas rurais americanos para maximizarem, não suas próprias frustrações, mas a efetividade de seus serviços no estrangeiro, se desconhecemos ou não compreendermos suficientemente como são feitas as instituições estrangeiras de maneira a escolhermos aquelas que mais proveitosamente poderão gozar de nossa assistência, e adaptarmos também o escopo e o cunho peculiar desta assistência a um meio ambiente bem diverso.

Durante o verão de 1960, passei dez semanas no Brasil, a fim de fazer um levantamento do estado da Economia, tanto geral quanto da Economia Rural brasileira, tendo sido meu tempo igualmente partilhado entre as duas. Tal experiência me foi de tanto interesse profissional e tanto me cumulou que decidi oferecer a outros economistas rurais americanos a oportunidade de defrontarem tal experiência, através dêste artigo. Enquanto variam grandemente a organização e o estado da Economia Rural de um país para outro, o Brasil oferece um exemplo excelente, senão típico, dos problemas e oportunidades que o nosso âmbito de trabalho enfrenta nos países menos desenvolvidos do mundo. Certo é que o estado da Economia Rural no Brasil é, via de regra, semelhante ao de outros países da América Latina. Entretanto, visto ter a educação superior não apenas na América Latina, mas também na maioria dos países subde-

(1) Cf. Nicholls, *Higher Education and Agricultural Economics: A Critical Appraisal*, Journ. Farm. Econ., Vol. 42 (1960), pp.

envolvidos, seguido em tudo os padrões europeus de ensino e não os americanos, a situação no Brasil comporta muitas semelhanças até mesmo com regiões tão remotas como a Ásia e o Médio Oriente. Enfim, o Brasil, pela sua extensão territorial e população, é bastante importante para assegurar a si mesmo um interesse considerável.

Por fim, quero ressaltar que um levantamento da Economia Rural no Brasil (no sentido ora familiar aos americanos que pertencem em grande número à nossa honrada profissão) se parece ao problema proverbial de procurar uma "agulha no palheiro". Embora a Economia Rural seja matéria de muitos currículos universitários nas Escolas de Agronomia do Brasil, ela não tem apenas uma orientação quase inteiramente técnica, como se preocupa quase que exclusivamente com o ensino na própria escola. Se existem por acaso serviços e pesquisa no campo da Economia Rural, são eles mantidos na maior parte por instituições extra-acadêmicas, quer públicas quer privadas. Para alguém familiarizado com os elos íntimos existentes entre o ensino da Agricultura, e as atividades da Pesquisa e da Extensão nos Estados Unidos, a ausência quase completa de integração e de coordenação destas atividades no Brasil torna-se uma como surpresa e causa desapontamento. Por isso, um levantamento da Economia Rural no Brasil, há de não apenas lidar com uma diversidade de instituições, como também descrever cuidadosamente as condições gerais em que elas se estabelecem. Antes, pois, de volver ao meu intento principal da Economia Rural, deverei tratar, em primeiro lugar, do vasto arcabouço institucional do Ensino, Pesquisa e Extensão Agrícola, dentro de cujo ambiente relativamente desfavorável devem os economistas rurais brasileiros operar.

Condições Gerais

As Escolas Superiores de Agricultura

O Brasil, que tem uma superfície maior do que os Estados Unidos continental, possui doze Escolas Superiores de Agricultura. Espelhando a lentidão brasileira em preencher seus vastos espaços vazios no interior, metade destas Escolas acha-se praticamente à beira mar e nenhuma delas está situada a mais de 200 milhas terra a dentro. Destas doze Escolas, quatro são instituições estaduais autônomas,

diretamente subordinadas ao governo do Estado; uma é privada (Presbiteriana); e oito são federalizadas debaixo da inspeção do Ministério da Agricultura, exceto uma que está sob o controle do Ministério da Educação. Com exceção de uma Escola estadual (Viçosa) e outra privada (Lavras), ambas situadas no Estado de Minas Gerais, e fundadas ambas sob direção americana, a organização, os métodos e a filosofia das Escolas de Agricultura brasileiras foram quase que exclusivamente influenciadas pelos padrões europeus e não americanos de ensino. Deu-se, pois, ênfase às ciências básicas e conhecimentos teóricos, com parca atenção dedicada à aplicação de princípios aos problemas de ordem prática, quer no ensino, quer na pesquisa. Além disso, foram os currículos de várias Escolas padronizados por lei federal, de modo que os estudantes de todas as Escolas de Agricultura substancialmente seguem um currículo uniforme de estudos, distribuído em um período de quatro anos. Embora estes controles federais tenham servido para manter certos padrões mínimos (durante o período de 1938-43 oito Escolas foram fechadas por não poderem assegurar este mínimo), eles também têm dificultado muito quaisquer experiências de cursos novos ou adaptação a condições naturais ou sócio-econômicas extremamente diversas.

Para poder manter os 22 cursos legalmente exigidos, uma Escola de Agricultura oficializada (2) tem de ter ao menos 19 professores catedráticos, a cada um dos quais cabendo a responsabilidade de um único curso. Afóra as ciências básicas, o currículo se centraliza sobre as três maiores divisões do estudo — Agronomia, Zootecnia e Engenharia Rural — que devem ser seguidas para a obtenção de um título único o de *engenheiro agrônomo*. Na prática

-
- (2) O currículo padrão legal toma quase sempre a seguinte forma: *Primeiro Ano*: Matemática; Física Agrícola; Química Analítica; Anatomia e Fisiologia Vegetal; Zoologia Geral Agrícola; Desenho (Geometria Descritiva).

Segundo ano: Mecânica Agrícola; Geologia Agrícola e Ciência dos Solos; Botânica Agrícola; Anatomia e Fisiologia Animal; Entomologia e Parasitologia e Química Orgânica.

Terceiro ano: Topografia; Estradas e Desenho; Patologia Vegetal e Microbiologia; Agricultura Geral e Genética; Zootecnia (Raças e Genética); Horticultura e Silvicultura.

Quarto ano: Agricultura Especial e Genética; Zootecnia (Alimentação e Manejo); Tecnologia Rural e Indústrias Agrícolas; Hidráulica e Construção; Economia Rural, Legislação e Contabilidade.

não se dá oportunidade alguma aos estudantes de escolherem assuntos de seu próprio interesse, a fim de se especializarem, e muito menos em Economia Rural que, em geral, se limita a um curso de um ano de natureza muito geral. Há muito descontentamento para com o currículo legal na Agronomia nos últimos anos, em parte devido ao fato de que as escalas de classificação de salários, quer federais quer estaduais, para os funcionários civis, adjudicaram menores níveis para os engenheiros agrônomos, se comparados com os níveis de medicina, direito e outras profissões, cuja preparação requer cinco anos em vez de quatro.

Porisso, os Diretores das Escolas de Agronomia do Brasil recentemente entraram em acôrdo sôbre a desejabilidade de um currículo de cinco anos a ser introduzido, que consistirá de um programa básico de três anos, essencialmente parecido com o que é atualmente seguido; e dois anos mais de cursos diversificados. Durante o quarto e quinto anos o estudante estudaria as matérias atualmente estudadas no quarto ano e uma outra sôbre Métodos de Extensão. Em acréscimo, teria de escolher na Agronomia (Culturas), Zootecnia, Engenharia Rural e Tecnologia Rural (talvez mais tarde se inclua Economia Rural) um campo de trabalho, do qual escolheria dois tópicos especiais sôbre cada um dos quais, em cada um dos dois últimos anos, haveria de fazer um estudo mais intensivo e especializado. Em resumo, o efeito de se acrescentar um quinto ano ao currículo seria o de se ajuntar um curso de Métodos de Extensão e mais quatro tópicos de um campo pré-escolhido. Assim mesmo, sômente a Escola de Agricultura de Piracicaba (3) pôs em execução êste currículo de cinco anos, mas dentro de poucos anos, com algumas variações locais, tornar-se-á êle padrão para todo o Brasil.

Uma das maiores limitações do currículo atual de quatro anos é, com certeza, — afora sua inflexibilidade — o número excessivo de matérias que o estudante estuda ao mesmo tempo. Êste problema é ainda mais sério se se considera que as matérias legalmente exigidas são apenas um

-
- (3) A Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" em Piracicaba, São Paulo, (doravante mencionada como Piracicaba). Esta Escola (número de matriculados êste ano 350) é uma das unidades da Universidade de São Paulo, completamente mantida por verbas do Estado; as Escolas daquela Universidade estão distribuídas em diversas partes do Estado.

mínimo e que as matérias legais particulares podem ser extendidas em um ou dois anos e mesmo outras podem ser acrescentadas. Na Escola de Viçosa (4), por exemplo, o estudante tem de seguir um total de 35 cursos (8 a 10 por ano) sem falar na Educação Física. Como consequência, terá de seguir vários outros cursos, que lhe serão úteis diretamente como preparação para o campo da Economia Rural (Estatística, Administração Rural, Sociologia Rural) como acréscimo ao curso sobre Economia Rural exigido pelo currículo normal dos quatro anos, que dão tôdas as Escolas de Agricultura do Brasil. Todavia, considerando-se que em Viçosa, como em tôdas as outras Escolas, deve o estudante gastar de 35 a 40 horas por semana em aulas teóricas e práticas, sobra-lhe pouco tempo para outros estudos, exceto aquêles que lhe proporcionam suas notas de aulas. Materiais de referência são usados raramente, e mesmo os compêndios escolares em geral se limitam às apostilhas e demais aulas mimeografadas dos professores. Visto que o Inglês e outras línguas estrangeiras não pertencem ao currículo normal nem são exigidas como condição de matrícula, os estudantes de Agronomia quase nunca têm acesso ao grosso da literatura científica, referente ao assunto que estudam.

O novo currículo de cinco anos é sintomático, mostrando que os Diretores das Escolas de Agricultura do Brasil sentem a necessidade de revisão, no sentido de maior autonomia local e maior flexibilidade. No entanto, dificilmente poderá êle resolver os maiores problemas atuais do currículo. Outorgará apenas uma leve escolha e especialização; nada porém fará no sentido de liberalizar o treinamento necessário, quer em línguas quer nas ciências sociais; e irá atrasar por mais um ano aquêles estudantes mais capacitados para trabalhos de pós-graduação (especialmente no campo da Economia Rural).

Pelo fato de, historicamente, ter sido a educação secundária no Brasil privada, urbana e sobretudo cara, uma edu-

(4) A Escola Superior de Agricultura da Universidade Rural de Minas Gerais, situada em Viçosa, Minas Gerais (doravante será simplesmente mencionada como Viçosa). A Universidade Rural, que inclui não apenas as Escolas de Agricultura (número de matrículas êste ano 250) e de Ciências Domésticas, mas também a de Veterinária, em Belo Horizonte, é uma instituição completamente mantida pelo Estado e de todo independente da Universidade de Minas Gerais, em sua totalidade federalizada.

cação em Escola de Agricultura tem sido, de outro lado, quase inacessível, exceto para os estudantes provenientes de famílias abastadas. Os candidatos que conseguem passar nos vestibulares (40 a 50 por cento) via de regra têm uma base urbana e seus interesses se associam mais ao treinamento da escola secundária, que lhes facilitou o ingresso na Escola de Agricultura. Porisso, não só é limitado o número dos que se graduam em Agronomia, como também muitos dêstes, depois de graduados, se desinteressam por empregos federais ou estaduais. A procura de agrônomos tem se limitado, na maioria dos casos, a cargos governamentais, que pagam salários relativamente modestos, principiando com Cr\$ 20.000,00 a Cr\$ 30.000,00 (U. S. A. \$ 111-167) mensais. Todavia, o interesse atual em efervescência que se nutre para com Serviços de Extensão Rural provocou uma procura muito ampla de agrônomos, o que irá triplicar pelo menos o número atual de graduados em Agronomia no Brasil (atualmente cerca de 300 a 350 por ano). Para tais objetivos práticos os currículos atuais e os que estão sendo propostos deixam muito a desejar. O local em que se situam as Escolas e as origens dos estudantes dão como resultado graduados em grande número que desejam morar no Rio ou nas capitais estaduais e que carecem de conhecimentos práticos e de interesse pela Agricultura; e as raras e magras bôlsas para cursos de graduação limitam o número de estudantes de poucas posses e com gôsto para a vida rural, que poderiam sentir atração relativa pela segurança que oferece um emprêgo público, embora de pequeno nível salarial. Pelo fato de estarem as Escolas de Agronomia localizadas em cidades pequenas, ao contrário das outras Escolas, a carência de empregos locais para os estudantes faz com que o número de estudantes a tempo parcial seja menor nas Escolas de Agronomia que nas outras (de modo especial as de Economia) (5). Embora sem dúvida alguma êsse fato contribua para melhorar a qualidade do treinamento universitário, tende a diminuir sêriamente a frequência escolar dos estudantes que possuem poucos recursos finan-

-
- (5) Onde existem tais empregos locais, todavia, o fenômeno de estudantes que trabalham parte do tempo — cerca de 5 a 6 horas diárias mais um tempo acadêmico cheio — é contraditório, mesmo nas Escolas de Agronomia. Por exemplo, em Pôrto Alegre, a Escola de Agronomia, uma das Escolas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que se encontra naquela importante cidade, relata que 60 por cento dos seus estudantes trabalham meio expediente, em sua maioria na Secretaria de Agricultura.

ceiros. Assim, como em outras Escolas do Brasil, o padrão europeu de organização e administração tem nas Escolas de Agronomia sérias limitações. Particularmente infeliz são as diferenças em prestígio, estabilidade e remuneração existente entre a posição do catedrático em todo campo especial e dos seus assistentes (de 1 a 3), cujas oportunidades profissionais são extremamente limitadas, estando na dependência da morte ou aposentadoria do catedrático, até mesmo quando têm de arcar com mor parte ou todo o peso do ensino. Assim como em outras Escolas, o fenômeno de catedráticos que trabalham em meio expediente ou estão ausentes de todo é muito difundido em tôdas as Escolas de Agronomia, estaduais ou federais. Os efeitos de tal costume têm sido danosos nas Escolas de Agronomia (tais como Pôrto Alegre ou do Quilômetro 47) (6) nas quais oportunidades para empregos outros são facilmente encontráveis. Em Escolas mais isoladas como Viçosa e Piracicaba, a mistura dos salários baixos e da rápida inflação monetária resultou em dificuldades financeiras extremas para as famílias dos professores, cujo emprêgo universitário lhes é a única fonte de renda. Este problema tornou-se ainda mais agudo em Viçosa, pois que o estado de Minas Gerais lhes fornece mesquinha ajuda financeira. (Ainda assim, o fato de prevalecerem em Viçosa os professores em regime de tempo integral, serviu para criar ali o espírito de verdadeira Universidade, que é difícil de sentir na maioria das Faculdades Brasileiras, sem excluir as de Agronomia).

Outras consequências dos salários baixos têm sido a prática quase universal de recrutamento de professores entre os ex-alunos das Escolas, uma tendência crescente para se ter um único candidato às cadeiras vacantes, uma atmosfera geral de estagnação intelectual. Os chefes administrativos — Diretores — das Escolas de Agronomia são indicados ao Ministro ou Governador de Estado, para exercerem o cargo durante três anos, escolhidos, porém, de uma lista triplíce organizada pela Congregação, corpo governamental formado

(6) A Escola Nacional de Agronomia (número de matrícula neste período 250) faz parte da Universidade Rural situada no quilômetro 47 da Estrada Rio São Paulo, cerca de 80 quilômetros da cidade do Rio de Janeiro (de aqui por diante denominada "Quilômetro 47). Esta Universidade, criada a princípio para "servir de modelo nacional" a outras Escolas de Agronomia e Veterinária, perdeu ultimamente a pretensão de servir de modelo em um país tão vasto e tão diverso como o Brasil.

pelos catedráticos. Desde que o Diretor deve ser um membro da dita Faculdade torna-se impossível trazer para a Escola um educador de fora, especialmente qualificado. Além disso, o rodízio para a ocupação deste cargo tende a ser pronunciado. Devido ao fato de que a maioria dos Diretores considera suas responsabilidades administrativas mais como onerosas e transitórias, poucos são os que conseguem criar para a instituição considerada como um todo aquele sentido de continuidade e unidade de vistas.

Felizmente, o impasse criado pelos problemas inter-relacionados de salários baixos, professores a meio expediente, desinteresse para com a pesquisa está sendo quebrado pelo legislativo, com o estabelecimento de bases salariais mais adequadas para os catedráticos, quer nas Escolas estaduais quer federais. A Assembléia Estadual de São Paulo abriu o caminho há vários anos ao estabelecer salários — base cêrca de duas vezes mais altos que os de nível federal e (o que é ainda mais relevante) oferecendo um abono de 100 por cento aos catedráticos em regime de tempo integral. Em 1960, (7) os legislativos dos governos federal e de Minas Gerais adotaram uma providência semelhante. Como resultado, o conceito de professor em regime de tempo integral recebeu, ao menos, uma sansão oficial e um auxílio financeiro, verdadeiro marco miliário no progresso da educação superior no Brasil. Com o correr do tempo, tal medida poderá atrair talentos superiores, encorajar instrução de melhor

-
- (7) Com a legislação federal de Julho de 1960, o Congresso Nacional Brasileiro aumentou o salário base de um catedrático, em toda Escola Federal (v.g. Porto Alegre, Quilômetro 47) de Cr\$ 22.500,00 para Cr\$ 40.000,00 (U.S.A. \$216) mensais, e mais um abono de 75% sobre o salário base para tempo integral, com abonos adicionais de 25% sobre o salário base para cada 10 anos de serviços. Assim, um professor com 10 anos de trabalho pode perceber cêrca de Cr\$ 80.000,00 (U.S.A. \$432) mensais, trabalhando a tempo integral. Esta nova legislação torna a escala federal aproximadamente a mesma que em São Paulo. O Estado de Minas Gerais, mesmo depois de aumentos substanciais, continua consideravelmente atrás — com um salário base mensal de Cr\$ 30.500,00, mais 50% por tempo integral e 10% para cada cinco anos de serviço. Embora Viçosa forneça também casa de graça e eletricidade, tudo no valor de cêrca de Cr\$ 10.000,00, um professor com 10 anos de serviço continua a perceber ainda tão somente Cr\$ 51.850,00 (U.S.A. \$280) mensais. Ora, como a escala federal equivalente é de Cr\$ 80.000,00, compreende-se porque em Viçosa tanto se luta pela federalização. (É de se notar também que todos os vencimentos provenientes do ensino são por lei constitucional isentos de imposto de renda e a aposentadoria é possível, e com salário integral, depois de apenas 25 anos de serviço).

quilate e estimular a pesquisa universitária, de que tanto se necessita. Entrementes, porém, os abonos recentes para tempos integrais servem mais os objetivos da "justiça social" do que encorajam a pesquisa. Aquêles que inicialmente adquiriram o estado de tempo integral raramente têm as aptidões e o interesse indispensáveis para usarem com fruto o tempo que lhes sobra no ensino. Conquanto número substancial (senão a maioria) dos melhores professores das melhores Escolas de Agronomia conseguiram períodos de treino de pós-graduação no estrangeiro, de modo especial nos Estados Unidos, apenas raramente lá ficaram tempo suficiente para adquirirem hábitos de pesquisas efetivas ou motivação para se manterem ao corrente dos desenvolvimentos tecnológicos do seu próprio setor, ainda que apenas com finalidades de ensino. (8) A não ser que a inflação contínua consiga destruir em pouco os níveis salariais (visto ser ela de 30 a 40 por cento anuais, ainda assim a educação superior no Brasil tem diante de si futuro muito mais brilhante do que o faria supor tempos há pouco passados, e isto também no campo da Agronomia.

Nas Escolas de Agronomia Brasileiras, além do curso regular de graduação, os cursos de pós-graduação estão num estado mui rudimentar. Apenas Piracicaba, Quilômetro 47 e Viçosa fizeram um passo neste sentido. Até o presente Piracicaba outorgou 59 doutorados em Agronomia (nenhum dos quais em Economia Rural). Este doutorado requer a redação de uma tese, mas nenhum outro curso adicional, afora o de graduação, é exigido. Na melhor das hipóteses não é ele mais do que o equivalente de um grau de Mestre (Master Degree) americano, sendo usado primeiramente como parte do processo para se avançar na hierarquia da Escola. Desde 1939, o Quilômetro 47 tem mantido um Curso de Aperfeiçoamento de 18 meses, que tinha como finalidade o treinamento de pós-graduação, sobretudo para agrônomos pertencentes ao serviço público. Estes funcionários públicos eram obrigados a fazer tal curso pelo Ministério, o qual não só lhes pagava tôdas as despesas como também seus salários integrais por todo o tempo em que estavam afastados. Embora várias centenas de funcionários do govêrno tenham feito dito curso em várias especialidades rurais, contudo sua importância declinou rapidamente em os últimos anos. Um

(8) Em minha opinião, o padrão predominante no Brasil, de 6 a 12 meses de experiência no estrangeiro, cuja mor parte é gasta em viagem e não em estudos, tem sido, via de regra, de todo inadequado.

administrador do Quilômetro 47 caracterizou o Curso de Aperfeiçoamento como um "coquetel" de matérias do curso de graduação, apontando-nos ao mesmo tempo o problema generalizado que é atrair estudantes rurais para cursos de pós-graduação — seja porque os empregadores não exigem tal treinamento, seja devido à falta de bolsas que facilitem aos estudantes graduados preferir tais cursos a empregos regulares.

Atualmente, Viçosa prepara-se de maneira cautelosa para iniciar estudos de pós-graduação, graças ao contrato existente entre o Ponto IV e a Universidade de Purdue, e administrado conjuntamente pelo Escritório Técnico de Agricultura (ETA) Brasil — Estados Unidos. Devido a tal contrato, conhecido como (ETA)-55 e que começa, agora seu terceiro ano de um período de seis, há permanentemente nove especialistas americanos lá residindo (cada um dos quais possui um colega brasileiro que lhe serve de par). Sem contar as especialistas em Ciências Domésticas (3), há especialistas americanos em Solos, Economia Rural, Nutrição Animal, Engenharia Rural, Horticultura e Silvicultura; e especialistas adicionais em Agronomia, Forragem, Tecnologia Alimentar, Sociologia Rural estão sendo esperados. Viçosa começou seu avanço para cursos de pós-graduação nos princípios de 1960 com cursos intensivos de verão de 4 semanas, em vários âmbitos especiais da agricultura. Por meio de bolsas e outras assistências financeiras do ETA, estes cursos rápidos foram frequentados por muita gente de várias partes do Brasil. Como próxima etapa, em Agosto de 1960 Viçosa iniciou um curso de um semestre (que dava um certificado) em Economia Rural, Solos, Nutrição Animal, Engenharia Rural e Horticultura. Espera-se que, uma vez obtidos os fundos necessários do ETA e de outras fontes para bolsas, poder-se-á lançar logo mais cursos de um ano sobre outros campos especiais.

Afora estes programas acadêmicos, o treinamento de pós-graduação dos agrônomos brasileiros tem-se limitado quase que exclusivamente a cursos intensivos mui curtos em vários centros de treinamento, diretamente orientados ao melhoramento do pessoal dos Serviços de Extensão. Embora tais cursos deixem muito a desejar, estão, entretanto, despertando considerável interesse para com a Economia Rural e a Sociologia Rural e ajudam também a dar nova orientação às idéias de outros Técnicos em Agricultura, fazendo-os buscar objetivos mais práticos.

Instituições de Pesquisa Agrícola

Como já observei acima, as atividades de várias Escolas de Agronomia, quase que inteiramente se concentram sobre a instrução de não graduados. A pesquisa limita-se, na maioria dos casos, à redação de teses, como parte do processo de conquista de uma posição de *livre docente* ou *catedrático*. Bastas vezes a carreira de pesquisador do professor começa e termina com tais teses. Visto que a atmosfera não é, via de regra, propícia à pesquisa contínua e produtiva, tão somente de maneira ocasional tem um membro de uma Escola ambição pessoal suficiente e aptidões de pesquisador que o façam conquistar este ambiente desfavorável. O número crescente de membros de Escolas, dotados de treinamento de pós-graduação no exterior, o fato de ter o Brasil reconhecido ultimamente o estado de tempo integral nas Escolas, e os meios de comunicação e transporte melhorando com rapidez, tudo isso oferece as melhores esperanças para o futuro. Enquanto isto, porém, as atividades oficiais de pesquisa agrícola (quando existem) estão bem separadas das Escolas de Agronomia, administrativamente e intelectualmente, e até mesmo materialmente (fisicamente). Em geral, a pesquisa agrícola acha-se vinculada ao Ministério da Agricultura ou a uma Secretaria Estadual de Agricultura. Tal separação espanta intelectualmente, pois divorcia não só o ensino da pesquisa como também a teoria de sua aplicação prática. E é outrossim monetariamente danosa. O equipamento e aparelhamento material das Escolas de Agronomia utilizados apenas parcialmente (na ausência de programas ativos de pesquisa) tornam extremamente elevado o investimento de capital por estudante (9) e as instituições públicas de pesquisa (afastadas dos controles fiscais e qualitativos dos padrões acadêmicos) são presa fácil dos excessos burocráticos e instrumento da construção de impérios políticos.

Durante o tempo de que dispunha, pude visitar apenas uma amostra destas instituições governamentais de pesquisa agrícola em três importantes Estados agrícolas — Rio Grande do Sul, Minas Gerais e São Paulo. Cada um desses Estados

(9) Problema parcialmente solucionado por aquelas Escolas Agrícolas (como por exemplo Quilômetro 47 e Viçosa) que têm Escolas Médias Agrotécnicas filiadas, cujo ensino é ministrado em grande escala pelos professores assistentes da Escola Superior.

tem de 13 a 17 estações experimentais, administradas por uma ou mais divisões, ou institutos, das respectivas Secretarias de Agricultura. São estas estações experimentais, via de regra, disseminadas através de cada Estado, de modo a dar, não só boa cobertura geográfica, mas também a permitir considerável especialização da pesquisa em culturas peculiares ou classes de produção animal. Todavia, tal descentralização em grande parte tem sido excessiva, reduzindo as unidades de pesquisa individuais a níveis abaixo do ponto ótimo, quer em termos de custos financeiros, quer debaixo do aspecto de intercâmbio intelectual.

Exceção feita para o Estado de São Paulo, em que as estações experimentais são administradas através do notável Instituto Agrônomo de Campinas, grupos relativamente grandes de agrônomos nas capitais dos Estados não bastam para integrar e coordenar de modo adequado a seleção, a metodologia e as descobertas dos projetos de pesquisa, através das afastadas estações experimentais. Em primeiro lugar, gastam tempo demais em executar programas nacionais de ação em Agricultura. Em segundo lugar, devido ao fato de serem os salários estaduais dos agrônomos muito baixos (Cr\$20.000,00 mensais no Rio Grande do Sul) têm eles em geral uma segunda e terceira ocupação de ensino, venda de adubos, ou de outros bens de produção, ou às vezes possuem e administram uma fazenda. Em terceiro, vezes sem conta a pesquisa não é orientada à solução dos problemas, ou, quando o é, a metodologia deixa muito a desejar. Em quarto lugar, até mesmo descobertas importantes da pesquisa, deixam de ser postas à disposição de um público mais vasto, ou não encontram o caminho de uma aplicação prática, devido à falta de um boletim ou devido ao caráter demasiado misto destes. Alfim, o padrão predominante de dividir a Agricultura em compartimentos estanques tende a dar demasiada ênfase às culturas, com detrimento da produção animal, embora se negligenciem áreas tão importantes como são as intermediárias de pastos, forragem e nutrição animal.

A êsse respeito, na maioria dos casos, São Paulo representa uma exceção importante. Tão somente lá pode-se encontrar um sistema bem elaborado e financiado de instituições devotadas à pesquisa agrícola, todas elas debaixo do

contrôle da Secretaria de Agricultura. (10) Entre elas encontram-se o Instituto Agronômico, os Institutos de Biologia, de Geografia e Geologia, o Departamento de Produção Vegetal (pesquisa de Economia Rural), o Departamento de Produção Animal (pesquisa em Zootecnia, Raça e Nutrição). O espaço só permitirá leve discussão a respeito do Instituto Agronômico de Campinas. Este Instituto, indubitavelmente o melhor de toda a América Latina, tem mantido uma já longa e ilustre tradição de pesquisas de alto quilate, desde sua fundação em 1888. As quatro principais divisões de pesquisa do Instituto Agronômico são: agronomia, solos, biologia e estações experimentais. Completamente mantido pelo Estado, ele emprega 120 agrônomos e 10 outros especialistas, quase todos graduados pela Escola de Piracicaba e um terço dos quais fizeram ao menos um ano de estudos de pós-graduação no estrangeiro. O salário inicial para um agrônomo é de Cr\$26.000,00 (salário máximo de Cr\$34.000,00) mensais, porém, se trabalharem no Instituto em regime de tempo integral (e 90 dos 130 o fazem) estes salários são dobrados.

Conquanto tenha eu sentido um pouco de enfraquecimento da liderança e da orientação dada aos problemas, desde minha última visita a Campinas em 1957, minha impressão geral continua muito favorável. Os Administradores do Instituto reconhecem claramente a separação do Ensino, da Pesquisa e da Extensão, no Estado de São Paulo. Olham eles com benevolência a decisão recente de transferir o Serviço de Extensão da cidade de São Paulo para Campinas, e esperam aumentar os pontos de união com Piracicaba, atualmente apenas a uma hora de distância pela estrada pavimentada. Atualmente, nenhum membro do Instituto ensina em Piracicaba, a qual é autônoma, visto pertencer à Univer-

-
- (10) Um americano provavelmente considerará a burocracia governamental deste Estado relativamente rico, mais afim a unidades nacionais que estaduais. Com efeito, o orçamento estadual de São Paulo é ligeiramente inferior ao orçamento do Brasil, se se omitir deste o setor militar. O Estado de São Paulo chega até a subsidiar sua própria rede aérea comercial (VASP).

sidade de São Paulo. (11) Entretanto, há uma tendência nova que se expressa pelo fato de substituir catedráticos que se aposentam, dotados que são de pouco interesse pela pesquisa, por professores mais eficientes, mais inclinados à pesquisa e alguns dos quais já tiveram previamente oportunidade de trabalhar no Instituto.

Enfim, mencionemos brevemente uma instituição privada de importância na pesquisa agrícola, o IBEC Instituto de Pesquisa (IRI). Esta corporação, sem intenções lucrativas, que breve completará um decênio de pesquisa agrícola no Estado de São Paulo, tem sido abundantemente financiada por Nelson Rockefeller e seus irmãos. Os quartéis gerais do IRI situam-se na imensa fazenda privada de Cambuhy, em Matão, onde possui terra suficiente para abrigar seu corpo de trabalho, seus laboratórios e ao mesmo tempo dirigir seus experimentos extensivos de campo. Outros grandes latifundiários de modo similar fornecem terra em outros recantos de São Paulo e estados vizinhos para experimentos de campo e pasto. A pesquisa principal atualmente em curso encerra estudos das deficiências de adubos em diferentes espécies de culturas, da adubação natural e artificial dos cafezais, da simplificação do trabalho de colheita do café, da ampliação da capacidade dos pastos e da introdução e seleção de forragens e leguminosas estrangeiras capazes de se adaptarem às

-
- (11) Em Minas Gerais, a pesquisa agrícola é em grande parte do domínio do Instituto Agrônomo, muito menos avançado porém e que faz parte da Secretaria de Agricultura, situada em Belo Horizonte. Neste Estado, muitos e importantes administradores rurais encarecem a desejabilidade de fundir os sistemas de pesquisa do Instituto e da Escola de Viçosa. Narram eles que os pesquisadores de ambas as instituições favorecem a fusão, mas sérias dificuldades políticas se opõem quando se tenta convencer a Assembléia do Estado a tomar tal decisão. Um dos administradores em Viçosa acha que a Escola de modo especial lucraria muito em adquirir as 13 fazendas dirigidas pelo Estado através de seu Instituto. Isto com efeito será uma realidade, quando Viçosa conseguir escapar, por meio de uma rodovia pavimentada em projeto, do seu isolamento material, achando-se ela à distância de cerca de 4 horas de Jeep da mais próxima estrada pavimentada. A pesquisa em Viçosa atualmente limita-se apertadamente às condições naturais das suas vizinhanças imediatas, em vez de proporcionar algo como uma cobertura estadual.

condições brasileiras. Tem-se dado atenção especial para encontrar meios a fim de melhorar os pastos dos solos de campos cerrados (12) que, a despeito de prevalecerem no país, têm sido alvo de pouca atenção. IRI foi de importância instrumental ao se promover com êxito a criação de um Centro Estadual de Nutrição Animal, em meados de 1960, no Departamento de Produção Animal da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo. O IRI procura agora substituir em parte o realce que dava à pesquisa, pelo cuidado no treinamento para a pesquisa, de modo especial no Centro de Nutrição Animal.

Minha impressão geral a respeito da pesquisa do IRI foi deveras favorável e os especialistas brasileiros disseram-me também que consideram as pesquisas do IRI dignas de encômio e de boa qualidade. De modo especial, achei encorajadora sua maneira americana de começar com problemas importantes de ordem prática, como base de seleção dos objetivos de pesquisa. Além do mais, a competição que tal organização particular de pesquisa vai provocar, pode ter um efeito salutar nos pesquisadores governamentais que (embora frequentemente de alta competência) tendem muito facilmente à afetação, à complacência, ao isolamento intelectual e a interesses esdrúxulos na pesquisa.

Serviços de Extensão Rural

Serviços de Extensão Rural desenvolveram-se no Brasil especialmente no último decênio. Já de 1927 a 1930, quer a Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo, quer o Ministério da Agricultura, fundaram os assim chamados *fomentos*, cujo objetivo era dar assistência técnica aos agricultores e pecuaristas, sob a forma de sementes, adubos, plantas, serviços mecânicos, e por fim um número limitado de escritórios regionais e locais, dotados de agrônomos e veterinários. A Secretaria de Agricultura do Rio Grande do Sul possui organização semelhante, ao passo que em Minas Gerais há uma corporação público-privada Companhia Agrícola de Minas Gerais (CAMIG), que fornece certas utilidades

(12) Este tipo pobre de solo, coberto de capoeira, cobre cerca de 40% das terras de São Paulo e talvez 50 a 70 % da superfície do Brasil, incluindo vastas áreas em redor da nova capital federal, Brasília. Daí sua importância potencial no desenvolvimento da Agricultura no Brasil, num interior tão apoucadamente colonizado.

e serviços técnicos a preço de custo. Faltou-me oportunidade de apreciar estes tipos particulares de organização, mas outros mos descreveram como sendo de valia apenas para os grandes fazendeiros, dando atenção apenas a certos aspectos técnicos da terra e das culturas, em vez de procurar melhorar o bem-estar sócio-econômico das famílias rurais, não sendo, pois, um Serviço de Extensão. Embora certas Escolas de Agricultura (v.g., Viçosa e o Quilômetro 47) tivessem, por certo tempo, Serviços de Extensão ao menos no papel, seus esforços se limitaram no máximo a operações piloto nas circunvizinhanças da Escola.

Já em 1943, o Fomento de São Paulo tentou constituir, como seu objetivo, a criação de um genuíno sistema de agentes regionais, mas apenas nos últimos anos fez progressos substanciais para tal meta. Portanto, a maior parte do crédito em prol do recente desenvolvimento dos Serviços de Extensão Rural no Brasil deve ser pôsto à conta do impulso dado pela assistência em termos financeiros e da promoção que deu a Associação Americana Internacional (AIA), fundada por Nelson Rockefeller e seus irmãos, logo depois do fim da Segunda Guerra Mundial. A organização inicial, a ACAR, no Estado de Minas Gerais, celebrou em 1959 seu décimo aniversário. Ao fazê-lo, teve ela a satisfação de ter servido como modelo para sete organizações similares, que servem a onze outros Estados, todos eles agora filiados a uma organização nacional no Rio (ABCAR).

A ACAR (Associação de Crédito e Assistência Rural) começou suas atividades em 1.º de Janeiro de 1949, logo depois de um convênio firmado entre o Estado de Minas Gerais e a AIA. Com base neste convênio, as despesas com as operações seriam divididas igualmente entre o governo estadual e a AIA, durante os três primeiros anos. A partir de então o Estado concordaria, se o programa se revelasse satisfatório, em assumir gradualmente o peso financeiro e assim liberar a AIA, que iria aplicar seus fundos em outro lugar. A AIA enviou vários especialistas com experiência nos Serviços Americanos de Extensão e Administração Doméstica Rural, os quais treinaram técnicos brasileiros e adaptaram os métodos americanos às condições brasileiras. Apesar das dificuldades iniciais, a idéia da ACAR vingou e a organização difundiu-se rapidamente, aumentando de pronto as contribuições do governo estadual e de outras organizações brasileiras, que forneciam fundos adicionais e técnicos. De acordo com o padrão geral pré-estabelecido, cada escritório local é dotado de um supervisor rural (em geral um agrônomo).

mo formado) uma supervisora Doméstica (uma senhora que se especializou em Economia Doméstica), uma secretária e um Jeep.

Nos seus albores, a ACAR, antes de tudo, dava ênfase às atividades de grupo das famílias rurais, mas cada vez mais dá importância às atividades de grupo em que maiores números de famílias rurais podem ser atingidas. Por intermédio da organização de clubes para homens e mulheres, através dos Clubes 4-S para a juventude rural, por meio do desenvolvimento da liderança leiga local, enfim, servindo-se de um ativo programa de informação de massa, a ACAR tem-se esforçado em melhorar as técnicas agropastoris, a administração familiar, a saúde e a higiene, assim como os níveis de vida rural. Com estas técnicas de extensão, a ACAR combinou também o crédito supervisionado, através do qual a assistência técnica, uma vez admitida, pode ser financiada pelo próprio agricultor. De acordo com este esquema de crédito, um agricultor faz um pedido formal no escritório local da ACAR, para conseguir ajuda financeira e técnica; seu pedido é submetido a um conselho local de proeminentes cidadãos do lugar e, se for aprovado, volta ao agrônomo local da ACAR e para a especialista em Economia Doméstica os quais vão elaborar com o fazendeiro e sua esposa um plano formal para a fazenda e para o lar; o plano é então apresentado quer à Caixa Econômica (estadual) ou ao Banco do Brasil, que fornecerão os empréstimos com juros moderados à família rural; e por fim a família recebe supervisão e assistência do pessoal local da ACAR.

Atualmente, a ACAR tem 9 escritórios regionais e 61 locais, que servem a 91 dentre os 485 municípios do Estado de Minas Gerais. Ela avalia a área coberta em 14% e a população atendida em 28% no Estado, empregando cerca de 300 funcionários (228 no campo), dos quais 67 agrônomos graduados, 4 veterinários e 25 agrotécnicos (graduados de Escola Média). Cerca de 55.000 famílias rurais estão sendo atingidas através de contatos individuais ou coletivos. A ACAR atualmente tem 1.321 contratos de créditos supervisionados, lado a lado com um valor total de cerca de Cr\$41.305.000,00 sendo a importância média do empréstimo de mais ou menos Cr\$31.300,00 (U. S. A. \$170). Do total de empréstimos, cerca de 60% têm sido dados como acréscimos ao capital fixo (rebanhos, equipamentos, etc.) cerca de 27% para estimular o capital agrícola (sementes, fertilizantes, etc.), e 13% para melhoramentos da casa. O registro de paga-

mento de prestações tem sido excelente, sendo as faltas de pagamento devidas a falência de apenas 0,3%.

Os escritórios centrais da ACAR acham-se atualmente em Belo Horizonte, os quais cooperam estreitamente com o Serviço de Extensão da Universidade Rural de Viçosa. A amplitude de tal cooperação foi acentuada não pouco no ano passado, quando a Universidade Rural decidiu colocar o pessoal e os recursos financeiros e técnicos de seu Serviço de Extensão debaixo da supervisão da ACAR. Quer a Universidade, quer a ACAR gostariam de ver as duas organizações fusionadas por lei — sentimento fortemente ampliado devido ao fato de terem sido o atual Diretor de Extensão e o novo Reitor de Viçosa antigos alunos da ACAR, sendo que o último foi até pouco tempo seu Diretor Executivo.

Mesmo assim, a ACAR tem enfrentado alguns difíceis problemas políticos. Elementos da antiga Direção da Universidade Rural, pouco simpatizantes com a organização, procuram, através de uma lei estadual, criar um Serviço de Extensão na Secretaria da Agricultura. A despeito desse esforço divisionista as relações de trabalho entre a ACAR e a Universidade Rural são excelentes, o que permite às atividades extensionistas um íntimo contato com os programas do ensino e pesquisas em Viçosa.

Embora alguns ruralistas de Minas Gerais afirmem que o *fomento* estadual, a CAMIG não constitua uma séria duplicação dos serviços da ACAR, é óbvio que aquela acentuou o problema que enfrenta a ACAR para recrutar e conservar o pessoal treinado. A ACAR tem tido bastante sucesso de modo que ao menos uns 15 outros municípios estão pedindo no momento escritórios locais. Ela gostaria de assumir tais compromissos mas tem medo de não encontrar o pessoal necessário. Com salários modestos e um movimento considerável, a ACAR precisa de 30 (trinta) a mais agrônomos cada ano. Visto que a CAMIG emprega cerca de 50 agrônomos, que nela enfrentam regras menos severas quanto a empregos adicionais, o problema de pessoal da ACAR é de fato muito sério. (13).

(13) A ACAR exige de todos os seus empregados regime de tempo integral, proibindo-lhes sequer possuir uma fazenda. Seus salários mensais são: agrônomos (inicial) Cr\$24.000,00; graduadas em ciências domésticas (inicial) Cr\$15.000,00; agrotécnicos (inicial) Cr\$17.000,00; agentes distritais (4 anos de experiência) Cr\$29.500,00; especialistas no escritório central (4-5 anos de experiência) Cr\$33.500,00.

Críticos benévolo da ACAR acham que, embora seu programa de crédito tenha sido um suplemento absolutamente essencial ao ensino da extensão, no entanto, ela tem dado demasiada ênfase à empresa agrícola particular. Em vista das dificuldades que se encontram no estabelecimento de escritórios locais da ACAR, em cerca de 80% dos municípios, que ainda carecem de tais serviços, acham eles que se dando maior impulso ao desenvolvimento da liderança local e de organizações de comunidades auto suficientes, se haveria de acelerar grandemente a difusão da influência da ACAR. Como suas irmãs dos Estados vizinhos, a ACAR poderia beneficiar-se mais, enviando mais gente do escritório central aos Estados Unidos para lá adquirirem um treinamento especial. Entretanto, os extensionistas americanos trouxeram uma contribuição bem útil e, ao se viajar através do Brasil, fica-se impressionado pelo grau em que a própria ACAR proporcionou experiência, a julgarmos pelo número de seus alunos que fazem parte dos escritórios centrais das organizações-irmãs mais jovens e de tipo semelhante. No todo, parece estar a ACAR fazendo um trabalho muito bom, quer no seu próprio campo, quer como modelo para outras organizações estaduais. No seu modo de proceder, ela se aproximou mais do estado de uma organização lidimamente brasileira do que estrangeira. Está também em vias de aperfeiçoar um padrão de organização (através de seus contatos crescentes com a Escola de Agricultura de Viçosa) por meio do qual o Ensino, a Pesquisa e a Extensão Agrícolas poderão alfim tornar-se um esquadrão único e efetivo de trabalho, muito melhor que qualquer outro programa do Brasil.

A respeito de outras organizações "CAR", só falarei e brevemente do Rio Grande do Sul (ASCAR). Sob uma liderança muito hábil, começou a ASCAR suas operações de fato em 1956, no tempo em que a Secretaria de Agricultura dispunha de apenas 5 agrônomos municipais. Atualmente a ASCAR conta com 25 escritórios locais (com um supervisor regional para cada 4 ou 5 escritórios) e servindo 28 dos 150 municípios do Estado. A área coberta é de cerca de 17% e cerca de 28% da população é servida. O corpo de trabalho da ASCAR inclui 40 agrônomos (5 dos quais com treino nos Estados Unidos) e 40 especialistas em Economia Doméstica (também com 5 parcialmente formadas nos Estados Unidos). Ainda mais, tem 3 técnicos americanos (um em Economia Doméstica e dois em Métodos de Extensão) fornecidos pelo ETA e dois especialistas alemães (em produção leiteira e batatas) proporcionados pela República

Ocidental da Alemanha. Embora outros 52 municípios tenham pedido escritórios locais da ASCAR, a escassez de fundos e de pessoal torna difícil a expansão. Atualmente ela dispõe de cerca de Cr\$ 10.000.000,00 para créditos supervisionados até Cr\$ 50.000,00 por fazenda, com juros de 8 por cento ao ano, se comparado com os juros normais de 12% em prazo de 90 dias) segundo o padrão da ACAR. A ASCAR, porém, está dando menos importância ao crédito rural, seja porque ache ser o programa de crédito da ACAR muito custoso, limitando indevidamente o número de fazendeiros que podem ser atingidos com dado pessoal, seja porque os agricultores gaúchos estejam em melhor situação financeira que os mineiros.

Até o presente momento — por causa da maior dispersão de responsabilidades de Ensino, Pesquisa e Extensão no Rio Grande do Sul que em Minas Gerais — o trabalho coordenador da ASCAR tem sido muito mais difícil. Em geral, porém, a ASCAR aparentemente teve êxito em congregiar muitas e diversas instituições num esforço comum, que está produzindo razoavelmente bem nas circunstâncias ambientais. Com efeito, ao focalizar as unidades familiares e comunitárias, em vez de dar atenção aos diferentes aspectos técnicos do problema, pode a ASCAR estar trazendo uma de suas contribuições mais relevantes. No decorrer do tempo, pode chegar até a eliminar gradualmente os inúteis esforços duplos a respeito do mesmo problema, como a ACAR o fez já em certo grau. Atualmente, porém, parece evidente que o Estado tem dado à ASCAR uma ajuda financeira mesquinha, que cobre apenas cerca de 10% do seu orçamento atual (O Estado de Minas Gerais já cobre cerca de 60% do orçamento da ACAR) e provavelmente correspondendo tão só a 5% dos fundos orçamentários estaduais destinados essencialmente a atividades de Extensão Agrícola.

Somente o Estado de São Paulo desenvolveu um Serviço de Extensão Rural quase que inteiramente dependente de seus próprios recursos estimulado ao menos em parte pelo exemplo da ACAR. O Serviço de Extensão de São Paulo acha-se na Divisão do Fomento Agrícola da Secretaria de Agricultura.

A partir de 1943, o Fomento dirigiu seus esforços em prol da criação de um sistema de agentes municipais. O objetivo atual em 389 Casas da Lavoura (escritórios locais de extensão rural) é servir São Paulo em cerca de 500 mu-

nicipios, com uma superestrutura de 45 agentes distritais e 16 chefes de extensão. Atualmente, 300 escritórios locais de extensão estão sendo construídos sob a direção do Plano de Ação, sobejamente financiado, do governo Carvalho Pinto. Embora o plano careça de uns 100 agrônomos, a meta é de um agrônomo, um funcionário e um empregado em cada Casa, adicionando-se mais tarde, à medida do possível, uma especialista em Economia Doméstica e um agrotécnico. O diretor do Fomento desde 1958 tem sido Mario Homem de Mello, um economista rural que estudou na Califórnia e um dos mais hábeis administradores rurais do Brasil.

Em 1958, uma nova Divisão (anteriormente pertencente ao Fomento) de Assistência Técnica Especializada foi criada e transferida para Campinas (como o foi também o Fomento mais tarde) em 1959. A nova Divisão — constituída de 15 seções de produtos e uma de assistência à família rural — representa uma de todo formidável nova estrutura administrativa que tenciona ser um elemento de ligação entre as descobertas da pesquisa do Instituto Agrônômico e os agentes regionais. Publicará ela boletins populares, preparará demonstração em bloco e em outras palavras tentará trazer o conhecimento experimental para o campo. Servirá ela como condutor ou óbice ao progresso, é o que se há de ver. Num sentido, porém, já está realizando um trabalho de valor através de seu Centro de Treinamento de Extensão em Campinas, graças e em grande parte à efetiva e enérgica liderança que mobilizou os quadros impressionantes de pessoal especializado para que seguissem cursos de treinamento intensivo. Isto não obstante, como único Estado no Brasil a proporcionar aos seus Serviços de Extensão Rural, recursos mais do que adequados, tem São Paulo a percorrer longa derrota antes de poder utilizar eficientemente todos esses recursos. Um observador assim figurou a situação de São Paulo: "Em nenhum outro lugar no mundo que possua uma população rural comparável, podem-se encontrar ao mesmo tempo 1.200 agrônomos e tão más práticas agrícolas". Embora querendo tão só criticar a ausência na cultura Brasileira da noção de "eficiência", há dúvida de que os especialistas rurais de São Paulo já se acham muito acima do nível geral da cultura, pelo fato de terem aceitado a eficiência como objetivo principal.

Ao concluir esta seção, gostaria de relevar a importância dos nascentes Serviços de Extensão Rural do Brasil, como força crítica a trabalhar contra os padrões atuais e o nível seja do ensino agrícola, seja dos programas de pes-

quisa no Brasil. A maior parte dos trabalhadores da extensão queixa-se privadamente da falta que sentem de especialistas em pesquisa que lhes proporcionem o conhecimento científico que seu serviço precisa "extender", difundir. Sentem eles que a pesquisa rural atualmente existente não está suficientemente orientada na direção dos problemas; que é ela demasiado limitada às condições da vizinhança dos centros de pesquisa que existem em vez de se estender a todo o Estado; que ela descuida demais áreas tão importantes como o melhoramento dos pastos, a nutrição animal, a administração rural e a sociologia rural; e que muita pesquisa útil não é posta à disposição dos que a querem pôr em prática, devido à dificuldade na sua publicação. Criticam eles as Escolas de Agricultura por sua falta de conhecimentos práticos e negligência na pesquisa aplicada; por seu elevado número de graduados sem interesses rurais; e pelo estado de estagnação em que se encontra a Economia e a Sociologia Rural. Conquanto tais críticas da parte dos trabalhadores da extensão sejam inevitáveis ainda sob as melhores condições, nas condições brasileiras, porém, são elas mui bem fundadas. Porisso, à medida que sempre mais se substancia a introdução geral de um curso em Métodos de Extensão no currículo das Escolas de Agricultura, os funcionários da extensão fazem gradualmente e cada vez mais pesar a sua influência. E à medida que o fazem, quem mais se beneficia é o campo da Economia Rural.

II. A Situação da Economia Rural

Agora que os leitores americanos podem apreciar mais completamente as condições gerais dentro das quais a Economia Rural deve operar, cabe-me voltar também ao meu objetivo precípua. Nesta seção vou considerar um por um os aspectos seguintes da Economia Rural: ensino de graduação, ensino de pós-graduação, pesquisa e extensão.

Ensino ou Treinamento de Graduação

Dentre as doze Escolas de Agronomia do Brasil, procurei apreciar (dando ênfase especial ao campo da Economia Rural) as quatro melhores. As de Piracicaba e Viçosa são em geral consideradas como as mais bem desenvolvidas do Brasil e quicá de toda a América Latina. A Escola de

Agronomia do Quilômetro 47, embora um tanto amorfa, representa uma tentativa do governo federal para criar um modelo para as outras Escolas de Agronomia do País. A quarta Escola, em Pôrto Alegre, é, não raro, considerada como de muito futuro. Visto que tais Escolas se acham situadas em Estados relativamente ricos e industrializados, pode-se esperar tenham feito os maiores progressos no Ensino, na Pesquisa e nos Serviços de Extensão, quer técnicos quer sócio-econômicos.

A Economia Rural está quase que totalmente negligenciada no currículo de graduação da Escola de Agronomia de Pôrto Alegre. O catedrático de Economia Rural, Prof. Dario Brossard, tem estado ausente por cerca de um decênio, enquanto servindo à FAO, em Roma. Toda a responsabilidade do ensino recaiu então sobre um único assistente, Jorge Guimarães de Oliveira, a quem ninguém prestou auxílio. Oliveira também leciona Física em uma Escola Técnica local. O único curso legal de Economia Rural, que procura cobrir Economia Política, Economia e Direito Rural, Contabilidade Rural e alguns conceitos grosseiros de Estatística em um ano só, consiste de 3 horas de aula teórica por semana e 4 de aula prática (viagens ao campo, exercícios de laboratório e demonstrações). A Escola de Pôrto Alegre planeja ajuntar um curso de Sociologia Rural após a volta de um outro professor, Fernando Oliveira, da Universidade de Wisconsin.

Embora com êste vácuo na Escola de Agronomia, tem a Universidade do Rio Grande do Sul, porém, uma oportunidade única de lançar os fundamentos de uma nova organização acadêmica, se souber aproveitar da oportunidade. Devido ao fato de a Economia Rural atravessar dois campos importantes, sofreu de modo drástico e pouco comum por causa da quase absoluta separação, quer material quer intelectual, existente entre as Escolas de Agronomia e Ciências Econômicas. Resultou disso não haver no nível das Escolas qualquer cruzamento intelectual frutífero, ao mesmo tempo que os estudantes em formação têm achado quase que impossível combinar as duas áreas, nas proporções altamente diferentes que lhes ditam seus próprios interesses e aptidões. Mesmo dentro dos limites dos currículos oficiais, tão separados e independentes, da Agronomia e da Economia, a Universidade do Rio Grande do Sul tem ao menos a vantagem pouco comum de ter todas as suas Escolas próximas umas das outras. E ajuntando-se a isto o fato de que a Escola de Ciências Econômicas não é apenas uma das me-

lhores do Brasil, mas outrossim, sob a liderança de valor do Diretor Pery Diniz, é a menos ligada às tradições e a que mais corajosamente faz experiências no domínio da Economia em todo o Brasil. Divergindo da maioria das Faculdades de Economia, não descuidou ela da Agricultura, tanto que lhe consagra um semestre no curso básico de dois anos, com um curso sobre Valor e Formação de Preços com respeito aos Mercados e Preços de Produtos Agrícolas (14).

Espera o Diretor Diniz que a sua Faculdade — operando talvez parcialmente através de um Instituto independente e atingindo toda a Universidade — poderá lecionar assuntos como Economia, Contabilidade, Estatística e Sociologia nos currículos oficiais das outras Escolas, não somente incluindo a Escola de Agronomia, mas também as de Engenharia, Filosofia, Medicina e Direito também. Tal desenvolvimento revolucionário no Brasil sem dúvida alguma há-de enfrentar enormes barreiras políticas, considerando-se as barreiras historicamente impenetráveis que separaram as várias Faculdades. Apesar disto, a administração geral da Universidade é-lhes simpática; a COSUPI, uma agência federal independente, que dispõe de fundos relativamente vastos para doações que melhorem o ensino universitário e um diretor capaz e decidido, Ernesto de Oliveira Junior, têm tal consolidação do ensino inter-universitário como objetivo principal. Certamente, o ensino de formação, no campo da Economia Rural, não há senão de lucrar com esse matrimônio.

No Quilômetro 47, a Economia Rural é algo um pouco mais bem mantido do que em Pôrto Alegre, mas continua fraca sem ostentar as oportunidades extras de melhoramento que possui a do Rio Grande do Sul. O catedrático de Economia Rural é Rômulo Cavina que, com dois assistentes, ensina no curso oficial de quatro anos. Das 12 horas mensais que durante o ano se outorga ao curso, 3 horas são dedicadas à Economia Geral e Legislação Rural respectivamente. 2 à Economia Rural, 2 à Contabilidade Rural e 2 à Estatística. O professor Cavina passa os três primeiros dias de cada semana no Quilômetro 47 e os outros dois dias na Escola de Veterinária de Niterói (do outro lado da Baía da Guanabara, no Rio) onde, na qualidade de catedrático desta

(14) O jovem e capaz assistente para este curso é o professor Edgar Irio Simm, graduado pela Faculdade de Ciências Econômicas de Pôrto Alegre e detentor de um M.S. em Economia Rural da Universidade de Wisconsin.

Faculdade dá com dois outros assistentes, um curso mais curto sobre Economia Rural, Métodos de Extensão e Agro-nomia Aplicada. Como muitos outros membros da Faculdade que têm mais de um emprêgo, Cavina mora no Rio, a cerca de 50 milhas de distância (15). No campo correlato da Sociologia Rural, apesar de um período inicial muito frutuoso, quando o Professor Kolb de Wisconsin lecionou no Quilômetro 47, nada resta de significativo.

A Escola Superior de Agricultura de Piracicaba, levando em consideração o conjunto, é provavelmente a melhor Escola de Agricultura do Brasil. Infelizmente, o campo da Economia Rural ainda não conseguiu galgar a posição que se poderia desejar numa instituição tão relevante. Em Piracicaba a Economia Rural acha-se sob a direção de um único catedrático Prof. Érico da Rocha Nobre. A instrução de formação reduz-se ao mínimo exigido de um único curso, com 3 horas de teoria para uns 70 estudantes, dadas pelo Professor Nobre e uma aula prática (aplicada) de duas horas, ministrada a grupos de 20 a 25 alunos por seus três assistentes. Professor Nobre (que passou um ano no Estado de Iowa) e dois de seus assistentes tiveram um período de treinamento de pós-graduação no exterior. Quando a Congregação da Escola aprovou recentemente o novo currículo de cinco anos, confiou à catedra do Professor Nobre a responsabilidade do curso de Métodos de Extensão, matéria em que dois de seus assistentes estão se especializando agora. Todavia, apesar de ter o Professor Nobre exercido o cargo de Diretor no período de 1954 a 1957, não conseguiu obter a aprovação da Escola a respeito da inclusão da Economia Rural como um quinto campo especial de estudo suplementar, para os dois últimos anos.

Reflete este fato o problema com que depara o âmbito

-
- (15) O professor Cavina é também diretor do chamado Instituto de Economia Rural do Quilômetro 47. Apesar de seu nome, este Instituto constitui o lugar de reunião para todas as pesquisas naqueles campos que ainda não têm seu Instituto de pesquisa próprio e independente (como Zootecnia, Culturas, Biologia Animal e Meteorologia) do Quilômetro 47. Com as novas determinações salariais do governo para professores em regime de tempo integral, o Instituto será utilizado para dar a qualificação de tempo integral a muitos dos professores da Escola que não estavam nesse regime e que constituem 40% do corpo docente. Mas como Cavina percebe duas bases salariais de Cr\$40 000,00 por mês, sua base dupla atual supera a de Cr\$40 000,00 acrescida de 75 que poderia perceber se se tornasse professor a tempo integral, no Quilômetro 47 ou em Niterói.

da Economia Rural nas Escolas de Agricultura do Brasil, cuja orientação técnica faz da Economia Rural o interesse de uma minoria distinta, interesse este pouco familiar e algo suspeito. Nestas circunstâncias, torna-se extremamente árduo obter para a Economia Rural uma posição e um estado de respeito da Universidade em geral. Infelizmente, separada da importante Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de São Paulo por 100 milhas de distância, a Economia Rural de Piracicaba padece também da necessidade de se dar realce aos campos teóricos e abstratos, devido à negligência séria em aplicar aqueles importantes princípios a problemas de ordem prática. A mesma separação física entre o Ensino e a Pesquisa — a melhor pesquisa em Economia Rural, no Brasil, acha-se na Divisão de Economia Rural da Secretaria de Agricultura da cidade de São Paulo — isolou demasiado o ensino da Economia Rural de Piracicaba do estímulo de um programa ativo de pesquisa acadêmica, como já goza a maioria dos campos técnicos da agricultura, já em Piracicaba, já em Campinas (a 43 milhas de distância).

Dependendo pois da solução de problemas tão difíceis, poucas esperanças há de que Piracicaba assuma a liderança nacional da Economia Rural, como já o conseguiu em muitos outros âmbitos especiais da agricultura.

Se compararmos com Piracicaba, Viçosa tem sido muito mais prejudicada pelo isolamento físico; a isso se lhe acrescenta sua baixa escala de salários e sua Escola, no conjunto menos afamada, o que lhe dá muito maior desvantagem ainda. Não obstante, é em Viçosa que o ensino da Economia Rural e das matérias correlatas alcançou o estado mais satisfatório em todo o Brasil. Tão somente em Viçosa podem-se encontrar três catedráticos (mas poucos assistentes) em Economia e em Sociologia: Professor Edson Potsch Magalhães (Economia Rural Geral) Professor Erly Brandão (Administração Rural) e Professor Edgard de Vasconcelos (Sociologia Rural), todos detentores de títulos de Master em Universidades norte americanas. A esses se acrescenta um catedrático em Estatística, Professor Fábio Ribeiro Gomes (Ph. D. Purdue). Juntos, este grupo de quatro catedráticos constitui, indubitavelmente, a mais robusta Escola de Economia Rural no Brasil. Não só detêm todos eles (à semelhança de cerca de 85% dos professores de Viçosa) títulos avançados obtidos em Escolas Americanas, como também a diversidade de seus estudos de pós-graduação é um sinal favorável no Brasil, onde a maior parte das Escolas se caracteriza por uma consanguinidade intelectual e por regras de classe, que não

reconhecem senão uma rota inflexível para o estado profissional. (16) Todo aluno do curso de Agronomia em Viçosa tem de receber durante dois semestres 4 horas semanais em Estatística, (prof. Fábio Ribeiro Gomes) 4 horas semanais em Contabilidade e Administração Rural (Prof. Brandão) 1 hora por semana em Sociologia Rural (Prof. Vasconcelos), 3 horas semanais em Economia Rural (Prof. Magalhães) o que perfaz um total de 12 horas semanais, durante dois semestres. De acôrdo com os padrões americanos, o total de 12 horas-semanais, durante dois semestres, dista muito do mínimo exigido para uma especialização no curso de graduação, mas é muito mais do que se pode encontrar em qualquer outra Escola de Agricultura no Brasil. Ao mesmo tempo, o fato perde parte do seu significado quando se considera que devido ao número enorme de cursos que são exigidos na Escola, o estudante em Viçosa deve completar 220 horas-semester de trabalhos escolares, quase o dôbro do nível normal de Universidades Americanas. Como resultado, fica-se muito na dependência de aulas formais e deixa-se pouco ou nenhum tempo para leituras adicionais. Por outro lado, esta Escola encontrou uma combinação de teoria e aplicação mais feliz do que a que especifica o ensino da maioria dos professores brasileiros de Economia Rural, embora a debilidade do programa de pesquisa de Viçosa impeça a realização de uma combinação perfeita, entre os princípios e os problemas que formam o objetivo do ensino.

Viçosa não cogitou ainda da elaboração da natureza e do conteúdo do seu próprio currículo de formação de 5 anos a ser adotado. Todavia, o Professor Magalhães goza de uma posição de respeito geral e influência em sua Escola, como possui também invulgar capacidade de organização. Porisso, será sem dúvida capaz (com o auxílio do Prof. Brandão e Prof. Vasconcelos) de obter que a Economia Rural seja uma das especialidades a serem aceitas durante os quarto e quinto anos, uma vez que seja pôsto em ação o novo currículo. Entrementes, a Escola de Viçosa está a fazer ao menos um

-
- (16) Os agrônomos brasileiros não estão tão unidos como os economistas, cujo sindicato já pediu do govêrno federal uma lei que exigisse de tôdas as firmas que superassem um determinado tamanho a contratação de um Economista. O título inicial do Professor Vasconcelos era da Faculdade Nacional de Direito do Rio de Janeiro.

grande esforço para concretizar um programa efetivo de pós-graduação e de pesquisa no campo da Economia Rural. Levando tudo em conta, o treinamento do curso de Agronomia, no campo de Economia Rural em Viçosa, conquanto distante de um programa ideal, é provavelmente o mais promissor do Brasil.

Para resumir esta seção, parece claro que o agrônomo no Brasil é um "clínico geral" mais do que um especialista. O conceito americano de "matéria principal" está quase que ausente do currículo de formação. Até mesmo o recente currículo de 5 anos (supondo que a Economia Rural ganhe um lugar entre os eleitos) marcará tão somente um pequeno avanço em direção da especialização do curso de formação, em algumas partes do vasto conjunto da ciência rural. Mesmo quando um título de especialização no currículo de formação em Economia Rural se tornar possível, tal campo (diversamente de outras especialidades rurais) não conseguiu ainda galgar um lugar de destaque na pesquisa e na extensão oficializada no Brasil. Consequentemente, a escassez de oportunidades profissionais para os economistas rurais não levou a encorajar o progresso deste campo nas Escolas de Agricultura. É mistério porém não esquecer que o desenvolvimento inicial da Economia Rural nos Estados Unidos teve de enfrentar também um impasse semelhante, há cinquenta anos, até que homens como Warren, Hibbard, Taylor e Black forneceram a inteligência, a personalidade e a liderança necessárias para criar, tanto o respeito quanto a procura de especialistas naquele campo novo e pouco familiar.

Até o presente, os professores de Economia Rural têm raramente encontrado a combinação ideal de teoria e aplicação prática de que se necessita para se demonstrar efetiva e frutuosamente o valor e a importância de seu próprio campo de estudos. Têm sido demasiado práticos, ao serem apenas agrônomos gerais com uns leves toques de disciplina e do sentido econômico, que se exige para se poder "diferenciar o que produzem — por exemplo, demonstrando que a Administração Rural é muito mais do que mera acumulação e aplicação de princípios de Engenharia e Agronomia. Ou têm sido demasiado teóricos, no sentido pejorativo de não terem compreendido inteiramente os princípios econômicos que procuram transmitir, ou de não terem tido a capacidade de mostrar na prática que a teoria é um instrumento indispensável para a análise e a aplicação práticas. Enquanto permanecer a Economia Rural do Brasil no meio das duas sedes da Agronomia e da Economia, sem procurar construir

uma ponte mais satisfatória entre elas do que o fez até agora, esses problemas permanecerão. Todavia, de modos os mais diversos, a Universidade do Rio Grande do Sul e a Universidade Rural do Estado de Minas Gerais estão provando que este hiato pode vir a ser eliminado com sucesso. No despertar de tal desenvolvimento, o porvir da Economia Rural no Brasil não está longe de ser estabelecido e assegurado definitivamente.

Ensino de pós-graduação

A idéia de se iniciar um curso de pós-graduação em Economia Rural até hoje recebe pouca consideração no Brasil. Os primeiros esforços neste sentido feitos no Curso de Aperfeiçoamento do Quilômetro 47 agonizam atualmente, com apenas um único aluno interessado na Economia Rural. Em Piracicaba, nem sequer um dos 59 doutorados conferidos em Agronomia versou sobre Economia Rural, nem há algum em perspectiva que o faça. Na Faculdade de Ciências Econômicas de São Paulo, o Prof. Dorival Teixeira com seus assistentes e Antônio Delfim Neto têm considerável interesse nos problemas econômicos da Agricultura, mas não elaboraram nenhum curso de pós-graduação (regular ou especial) a respeito dela. Como consequência, o ensino mais efetivo de pós-graduação feito até à data está fora da esfera da instituição acadêmica. Refiro-me ao programa de treinamento em serviço da Divisão de Economia Rural, da Secretaria de Agricultura de São Paulo. Todavia, certos progressos recentes a respeito de cursos de pós-graduação devem ser mencionados aqui, embora brevemente.

O desenvolvimento mais importante é o de Viçosa, que acabou de inaugurar um curso de pós-graduação em Economia Rural. Esse interesse novo começou nos princípios de 1960 com um curto curso intensivo de 4 semanas sobre Comercialização dos Produtos Agropecuários, seguido por 29 estudantes de todo o Brasil, com o auxílio de bolsas oferecidas pelo programa Purdue-Ponto IV (ETA-55). O ensino foi ministrado por economistas rurais brasileiros, quer locais, quer de fora, e por um economista rural americano lá residente, Dr. Lynn S. Robertson. Conquanto fôssem os dois grupos de professores e alunos altamente desiguais em qualidade, a experiência indubitavelmente trouxe uma contribuição muito útil, em estimulando o interesse em prol de uma matéria importante, apesar de negligenciada.

Em Junho de 1960, um Instituto de Economia Rural foi criado por convênio entre o Ministério da Educação e a Universidade Rural do Estado de Minas Gerais, por intermédio dos bons ofícios e da ajuda financeira da COSUPI. (17) O novo Instituto, tendo como Diretor o Prof. Edson Potsch Magalhães, tem como objetivo triplice a promoção do Ensino, da Pesquisa e da Extensão da Economia Rural. Em agosto, Viçosa iniciou um curso de um semestre para pós-graduados sobre Economia Rural oferecendo, no final, um certificado). Cinco estudantes já formados, mantidos por bolsas do ETA-55, eram os candidatos para o Curso, que procura cobrir Administração Rural, Economia Rural Geral, Comercialização, Crédito Rural, Estatística e Metodologia de Pesquisa. Nos albores do novo ano escolar, em março de 1961, os fundos monetários da COSUPI não de ser usados para financiar um grupo de 10 estudantes graduados, originários principalmente do Nordeste, que irão fazer o curso de pós-graduação, curso este que se irá tornar de um ano inteiro, caso a COSUPI como se espera outorgue outros fundos. Espera-se que este curso atraia outros estudantes formados não só em Escolas de Agronomia, mas também em outras Faculdades (Economia, Engenharia, Direito).

Outro progresso importante para o Brasil é a criação recente (com a ajuda da Fundação Rockefeller) de um novo Centro de Especialização em Economia Rural em Santiago do Chile. Este novo curso de pós-graduação tenciona oferecer um treinamento em Economia Rural (18) para estudantes selecionados na Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai. É organizado pelo escritório da região sul (Montevideu) do Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas da Organização dos Estados Americanos (OEA). Os estudantes graduados são financiados por 16 bolsas, cada uma das quais abarcando um período de 18 meses. Durante os 4 primeiros meses os 16 economistas rurais se juntam a outros tantos

(17) A verba inicial da COSUPI foi de Cr\$11.000.000,00 (USA \$ 60.000) e esperava-se que a nova verba para o segundo ano fôsse de Cr\$ 20.000.000,00. Da verba inicial Cr\$ 3.000.000,00 foram destinados ao fortalecimento de disciplinas básicas, como Matemática e Estatística e o Professor Magalhães sugeriu dividir o saldo de Cr\$ 8.000.000,00 entre a contratação de pessoal apto para pesquisa e a provisão de equipamento permanente como Jeeps e habitação para os estudantes e pessoal.

(18) E três outros campos: Melhoramento Genético, Patologia Vegetal e Forragens, o primeiro a ser ministrado num Centro de Especialização, na Argentina; os dois últimos em outros Centros, no Brasil.

especialistas em três outras especialidades agrícolas, para fazerem um curso básico de quatro meses (cobrindo Métodos Científicos, História da Ciência, Métodos Estatísticos, Geografia Econômica, Redação Técnica e uso de biblioteca) na Faculdade de Agronomia da Universidade de Buenos Aires. Eles irão então para seu próprio centro em Santiago, que lhes oferecerá um curso de 14 meses em Economia Rural, por intermédio dos esforços conjugados da Divisão de Estudos Graduados da Faculdade de Economia e da Faculdade de Agronomia, ambas pertencentes à Universidade do Chile; da Faculdade de Agronomia da Universidade Católica e da CEPAL.

Das Faculdades de Economia brasileiras, tão só a da Universidade do Rio Grande do Sul deu um passo na direção do progresso dos cursos de pós-graduação em Economia Rural, primeiramente porque dois de seus jovens e brilhantes membros têm um interesse vivo pela agricultura e reconhecem que é esse, no Brasil, um campo virgem, em produzir instrumentos que facilitem a análise econômica. Durante o ano escolar de 1959, um assistente (Irio Simm) deu um curso de extensão de pós-graduação em Análises de Preços de Produtos Agrícolas, que foi tão bem recebido que ele e um outro colega, Ary Burger (19), reuniram seus esforços para elaborarem em conjunto um curso sobre Economia Rural para 1960. O novo curso abarca Mercados Agrícolas, Preços e Política de Preços, Análises de Oferta e Procura, e as interrelações entre desenvolvimento econômico agrícola e geral. O curso que perfaz 72 horas noturnas, num período de 9 semanas atraiu 33 estudantes, dentre os quais 12 são agrônomos formados, e 15 economistas divididos em proporções iguais entre serviço público e privado. Este curso, indubitavelmente de boa qualidade, representa um progresso alentador, considerando-se como se negligencia seriamente a agricultura em outras Faculdades de Economia do Brasil.

Este levantamento sucinto patenteia que o Brasil fez apenas os mais débeis esforços no sentido de desenvolver o ensino de pós-graduação em Economia Rural. Embora seja cedo para aquilatar o impacto que vai causar o novo programa regional de Santiago, certo é que o Brasil não

(19) Burger é um livre docente de Flutuações Econômicas (sua tese versou sobre "Flutuações na Economia do Arroz") que desde pouco tempo tem lecionado no curso geral de Economia Política, quando o catedrático da cadeira foi eleito Deputado Federal.

poderá satisfazer às suas necessidades neste campo, apenas com os estudos de pós-graduação no Chile, nos Estados Unidos ou alhures. Pelo contrário, deve procurar desenvolver o quanto possível dois programas de pós-graduação de alto nível — um em Microeconomia Rural (v. g. Administração Rural e Economia de Produção) e outro em Macroeconomia Rural (Preços Agrícolas e Políticas de Desenvolvimento). O primeiro poderia localizar-se com proveito em Viçosa; o segundo, melhor se situaria como parte de um programa de pós-graduação em Economia, igualmente necessário, tendo a Agricultura como campo precípua de estudo, localizando-se melhor no Rio de Janeiro ou São Paulo. Todavia, antes de esboçar algumas sugestões a respeito de treinamento de pós-graduação, olhemos antes mais de perto a matéria correlata da pesquisa em Economia Rural.

Pesquisa

Mais ainda que em outros campos da agricultura, os economistas rurais das Escolas de Agronomia negligenciaram quase que por completo a pesquisa. Mui frequentemente as teses exigidas para se atingir o nível de *livre docente* e *catedrático* representam também o derradeiro esforço naquele sentido. Tais teses são raramente de qualidade que satisfaça os padrões americanos. Exceção feita para as teses e artigos ocasionais de vulgarização popular, os economistas rurais das Escolas do Brasil publicam raramente algo. Pode-se em parte atribuir tal fato à carência de oportunidade, quer devido aos problemas de transporte e comunicação, quer devido à ausência de boletins periódicos de pesquisa. No entanto, a primeira desculpa para fugir da pesquisa está mui rapidamente perdendo sua plausibilidade, com o rápido melhorar dos sistemas rodoviários e a facilidade de se obterem veículos motorizados. A segunda desculpa, embora de algum pêso, não convence de todo. O fato é que a limitada produção de pesquisa das Faculdades via de regra fica enterrada na miscelânea de um único órgão oficial da instituição; mas, inúmeras vezes ainda pior destino lhes é reservado. O fato básico é que os economistas rurais das Faculdades de Agronomia sofrem pouca pressão institucional em publicar e comumente carecem da motivação, das aptidões ou do treinamento de que depende a produtividade da pesquisa.

Em nenhuma das quatro Escolas por mim visitadas, encontrei alguma coisa que contrabalançasse de modo signifi-

cativo a impressão desfavorável que tive para com o estado da pesquisa acadêmica no campo da Economia Rural. Diversamente de outras Escolas, a de Viçosa, porém, parece agora ativamente empenhada em melhorar esta situação. O professor Magalhães têm por ambição fazer da pesquisa uma das maiores concretizações do novo Instituto de Economia Rural. No próximo ano espera êle ajuntar ao pessoal oito agrônomos recém-graduados, com o fito de fazer progredir a pesquisa no campo da administração rural, cooperativismo, crédito e seguro rural, economia geral, estatística, previsão de culturas, transportes, mercados e preços, uso da terra, sociologia rural e antropologia aplicada. Creio eu ser isto um tanto ambicioso e otimista, seja pela extensão das especialidades de pesquisas que poderão ser desenvolvidas efetivamente, seja pelo fato de se dever dar ao novo pessoal o treinamento (ou no próprio serviço, ou no estrangeiro) necessário para transformá-lo em uma equipe de trabalho efetiva. Por outro lado, seu prestígio local, sua habilidade de organização, e o respeito para com o modelo das Universidades Americanas são tais que é de esperar possa realizar ao menos uma modesta parte dos seus objetivos presentes, desenvolvendo a pesquisa em Economia Rural.

Outra organização de pesquisa, já bem estabelecida e que dá esperanças de ajudar muito o progresso da pesquisa em Economia Rural é a Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro. Esta Fundação, que data de 1949, logrou boa reputação em todo o Brasil, devido à qualidade de sua pesquisa empírica e, embora nos começos dependesse de ajuda financeira do governo federal, já estabeleceu uma forte tradição de independência. Seu Instituto Brasileiro de Economia tem deixado fortes marcas no campo da Renda Nacional, Preços, e Estatística da Produção, possuindo ainda uma revista mensal excelente e de grande influência, a *Conjuntura Econômica*. Com uma ajuda financeira mais adequada e com fortalecimento de seu pessoal administrativo e de pesquisa, esta organização poder-se-ia tornar um centro de pesquisa econômica do mais elevado quilate. Infelizmente, até agora, a Fundação Getúlio Vargas não manteve nenhum programa de pesquisas na Economia da Agricultura. Com maior exatidão, atualmente está empenhada em um levantamento especial dos gastos agrícolas, financiado por uma doação da Fundação Rockefeller. A Fundação Getúlio Vargas tomou a frente de tal projeto, não devido a um especial interesse para com a agricultura, senão porque reconhece ser este setor um dos mais fracos pontos de seu trabalho de conta-

bilização da renda nacional. E mesmo nessa situação, desviou ela para a Divisão de Economia Rural de São Paulo, a parte principal do trabalho de planejar, testar e supervisionar a enumeração enfadonha de 3.000 questionários rurais. Se um dia esta organização receber dinheiro e pessoal suficiente para que se lhe permita alargar amplamente o alcance de seus objetivos de pesquisa, então dará ela consideração mais atenta ao fato de incluir no seu programa geral, um programa mais extenso e contínuo de pesquisa em Economia Rural.

Conquanto Viçosa e a Fundação Getúlio Vargas assegurem algumas esperanças no porvir, atualmente pode-se dizer, sem equívoco, que só há uma equipe de trabalho efetiva e bem estabelecida no campo da pesquisa em Economia Rural. Esta organização — a Divisão de Economia Rural da Secretaria de Agricultura de São Paulo — deve a maior parte de seu êxito ao seu hábil e enérgico diretor, Rui Miller Paiva. Durante os vinte últimos anos, às vezes com a assistência notável de Mario Homem de Mello, Paiva construiu, desde o alicerce, uma excelente organização de pesquisa, que supera quaisquer outras instituições do gênero no Brasil. Num país em que a Economia Rural ainda não logrou um lugar de realce como uma especialidade respeitada, Paiva conseguiu inegavelmente tal objetivo no seu próprio Estado. Formando-se em Piracicaba em 1934, e tendo passado vários anos em Campinas, pesquisando o melhoramento de espécies de algodão, Paiva foi por fim enviado pelo Instituto Agrônomo para o A. & M. Texas, a fim de estudar ciências vegetais, mas ele se moveu para a Economia Rural, em cujo campo recebeu um título de M.S.. Já no ano de 1940, torna-se chefe de uma pequena Subdivisão de Economia Rural.

Lá por 1947, quando pela vez primeira encontrei Paiva no Brasil, já tinha ele reunido um grupo de sete agrônomos, aos quais, por meio de curto mais intensivo programa de treinamento em serviço, estava transformando em economistas rurais, enquanto continuava sua própria ilustração através de auto-educação. Quando podia, encorajava os membros jovens de seu grupo (entre os quais também Homem de Mello) a estudarem no estrangeiro. Aos poucos, formou na sua Divisão a única biblioteca de valor em Economia Rural, que existe no Brasil. No decorrer do último decênio, conseguiu mais do que dobrar seu pessoal que ora consiste de sete chefes de seção (Política da Produção Agrícola, Organização de Empresas Agrícolas, Levantamentos Econômicos,

Análise de Mercados e Preços, Comercialização, Previsão de Safras e Cadastro e Análise de Custo e Rendias Agrícolas) e doze jovens membros. Conseguiu ele em grande parte evitar a mudança de seus técnicos, graças à sua esplêndida liderança, e, quando a inflação começou a inutilizar os ajustamentos salariais internos) fazendo um contrato de trabalho coletivo com o Instituto Brasileiro de Café, com a Fundação Getúlio Vargas, a CEPAL, ECLA etc., para complementar os níveis salariais baixos. Este contrato de Pesquisa ajudou enormemente Paiva e seu grupo a superarem o interesse da maioria dos paulistas, caracteristicamente fechado sobre o Estado, dando-lhes maior conhecimento dos problemas do Brasil em sua totalidade. Paiva também lucrou, com suas viagens e estudos através do mundo, uma perspectiva cada vez mais vasta. Atualmente as escalas de salários na sua divisão são assás favoráveis, parcialmente devido à luta que manteve e venceu para provar que a pesquisa na Economia Rural era tão respeitável como a pesquisa em outras especialidades e por isso igualmente merecedora dos benefícios de um regime de tempo integral (20).

Paiva escreve muito e bem embora amiúdo suas descobertas fiquem soterradas em relatórios administrativos, dos quais se deveriam fazer condensações para periódicos especializados do estrangeiro. As publicações do grupo limitaram-se em grande escala ao ótimo periódico mensal da Divisão, *Agricultura em São Paulo*. Este periódico, após ter sido editado regularmente durante seis anos (1950-55) em forma mimeografada, foi suprimido durante os vários anos de severa parcimônia orçamentária do governo Jânio Quadros (atual Presidente). Em Janeiro de 1960, porém, ele reapareceu em forma impressa muito atraente, mais uma vez dando à Divisão saída para seus índices mensais de estatística agrícola para o Estado de São Paulo, assim como relatórios da situação das mercadorias e curtos sumários dos resultados de pesquisa. Nenhum outro Estado com certeza, e nem mesmo o governo federal, pode medir forças com a qualidade ou o

-
- (20) Todos os chefes de seção (e três outros do grupo de mais jovens) na sua Divisão trabalham em regime de tempo integral, tendo portanto o salário mensal de Cr\$36.000,00 dobrado, com uma porcentagem de 25% adicional sobre o salário base, por cada dez anos de serviço. O salário de Paiva como chefe de divisão é atualmente de Cr\$80.000,00 (duas vezes seu salário base, acrescentando-se agora mais 25 por cento como abono dos seus primeiros 10 anos de trabalho).

alcance dêste periódico no campo da agricultura. De fato, se compara favoravelmente com as contribuições que a Fundação Getúlio Vargas oferece em outros setores da Economia através de seu periódico, *Conjuntura Econômica*. Embora quase metade do tempo do pessoal seja gasto no manuseio das questões superficiais que vêm da Secretaria de Agricultura, Paiva (como Frederick V. Waugh no Departamento de Agricultura dos Estados Unidos) criou e conservou uma atmosfera quase que acadêmica, em um ambiente governamental mais favorável ao embotamento de todo pensamento e atividade intelectual.

Rui Miller Paiva merece por todos os títulos inclusão em qualquer lista dos vinte melhores economistas do país, de entre os quais se esperaria poder recrutar o pessoal para fundação de uma nova Faculdade, com a qual iniciar de pronto um curso pós-graduado e um programa de pesquisa mais extenso em Economia. Para um destes objetivos ou para ambos, deveria êle ser considerado o "primus inter pares" no campo da Economia Rural Geral. Dentro de dois anos, Paiva poderá aposentar-se com vencimentos integrais, com a idade de 50 anos. Estará êle ainda bastante jovem e vigoroso para realizar em prol do Ensino e da Pesquisa no campo da Economia Rural do Brasil inteiro, o que fez na maior parte pelo seu estado natal, São Paulo. Tal oportunidade não deveria ser desperdiçada de modo algum.

Podemos concluir que, a despeito da pobreza profunda da pesquisa em Economia Rural no Brasil hoje em dia, a Divisão de Economia Rural do Estado de São Paulo serve como exemplo fulgurante do que pode ser feito neste sentido, assim como a Fundação no campo da Economia Geral. Embora ainda apenas em seus estágios de planejamento, o novo programa de pesquisa em Economia Rural de Viçosa poderia oferecer garantias para um moderado otimismo. Neste campo (assim como no ensino de pós-graduação) a maior necessidade do Brasil durante os próximos dez anos será dupla: Administração Rural e Economia Rural Geral. É de esperar que Viçosa possa tomar a frente no campo da Administração Rural, e dever-se-lhe-ia dar toda a assistência possível para que possa fazer desta nova aventura um sucesso. É outrossim de esperar que a Fundação Getúlio Vargas (ou então a Faculdade de Economia da Universidade do Rio Grande do Sul ou São Paulo) possa satisfazer a segunda necessidade, dando finalmente à Agricultura seu devido lugar num programa extenso de pesquisa econômica, e que está sendo exigido por uma taxa ótima do desenvolvimento econô-

mico no Brasil. E neste último caso Paiva seria o líder ideal para isso.

Extensão

Visto que a Economia Rural pode contribuir efetivamente para os serviços de Extensão, somente depois de ter desenvolvido os recursos básicos do Ensino e da Pesquisa, podemos falar da Extensão em poucas palavras de conclusão. Todavia, a amplitude com que o Centro de Treinamento em Extensão de Campinas em utilizar o pessoal da Divisão de Economia Rural não devêra passar desapercibido. Nem devêramos menosprezar o crescente interesse dos funcionários da ACAR, ASCAR e de outros recentes serviços brasileiros de extensão em possuir, no pessoal de chefia, especialistas, quer em Economia Rural (especialmente em Administração Rural), quer em Sociologia Rural; e para os agrônomos, que com elas trabalham nos escritórios locais, ao menos um certo conhecimento daquelas matérias. José Paulo Ribeiro, Diretor da ACAR, contava ter ultimamente em seu pessoal pelo menos três economistas rurais. No Rio Grande do Sul, a ASCAR preocupa-se tanto com a ausência de especialistas em Administração Rural que está atualmente financiando um estudo de cerca de 92 fazendas perto de Pelotas (local de uma Escola de Agronomia ligada a uma estação experimental federal) para poder encorajar tal pesquisa e obter dados atuais, em vista de um curso de treinamento de quatro semanas em Administração Rural e Doméstica, a ser ministrado ao seu próprio pessoal. Quicá mais importante ainda, a difusão da idéia de Extensão Agrícola está pela primeira vez forçando o Brasil a olhar sua enorme população rural, como um aglomerado de seres humanos esquecidos e de baixa renda. Como consequência disto, os problemas técnicos da Agricultura estão sofrendo um tratamento muito mais intenso, em vista de problemas sócio-econômicos de relevância que suscitem, os quais só poderão produzir uma maior atenção, privada e institucional para os campos da Economia e da Sociologia Rural do que até agora têm elas recebido no Brasil.

Uma vez que o desenvolvimento da Economia Rural no Brasil puder ser visto sob uma perspectiva histórica, poderá alguém ser forçado a concluir que, somente depois que a Extensão Agrícola atrair por fim o interesse social para com a classe rural é que a exigência de uma profissão como

a Economia Rural se há de tornar tão irresistível que será impossível à República Brasileira ignorá-la.

III Conclusões e Recomendações

Esta análise ampla deve demonstrar que a Economia Rural ainda se encontra no Brasil em um campo superficial, o qual não conseguiu solidificar ainda uma situação profissional independente. Até mesmo em seus aspectos mais práticos, de modo especial a Administração Rural, a Economia Rural não logrou ainda o respeito e o reconhecimento das Escolas de Agronomia, tènicamente orientadas. Ao mesmo tempo, as melhores Faculdades de Economia e as mais eminentes organizações de pesquisa econômica têm, quase que na totalidade, negligenciado a Agricultura como campo especial em que se poderia utilizar com frutos os instrumentos da análise econômica. Assim é que a Economia Rural caiu no meio de dois campos, fortemente separados, em detrimento de seu progresso como campo específico de especialização.

A necessidade de Economistas Rurais

O estado retrógrado da Economia Rural no Brasil constitui um barreira séria ao desenvolvimento econômico da nação. Tendo ainda cêrca de 60% do seu povo que trabalha na Agricultura, não pode o Brasil esperar realizar uma média ótima de progresso econômico, enquanto continuar a dedicar exclusivamente seus cuidados a setores outros que não os agrícolas. A recente política desenvolvimentista do Brasil mostrou parco interêsse em aumentar a eficiência da sua agricultura comercial, que é o setor predominante, quando se trata de ganhar no intercâmbio estrangeiro; em trazer para dentro da economia dos mercados grande número de fazendeiros empobrecidos, ligados ainda à técnica das mais primitivas e às práticas mais tradicionais; em levantar os níveis profundamente baixos de vida da maioria da população rural, quer se trate de humildes trabalhadores das grandes plantações comerciais, quer se trate de pequenos proprietários submarginais que cultivam suas pequenas propriedades. Para maior exatidão, o rápido crescimento dos Serviços de Extensão Agrícola e o estabelecimento de programas federais especiais, destinados a promover o desenvolvi-

mento do Nordeste de renda baixíssima e na maior parte rural — e, quicá a construção da capital no interior, ao menos indiretamente — são sinais favoráveis de um interesse crescente pelo soerguimento sério do setor agrícola.

Todavia, esses processos mais favoráveis logo revelaram a pobreza dos recursos intelectuais assim como de um capital social superior, a serem dedicados em prol do ensino e da pesquisa em Economia Rural, como também nas outras ciências em geral. Além disso, a política federal ou estadual ao lidar diretamente com a Agricultura, tem sido formulada e administrada de modo estritamente ocasional, carecendo dos benefícios de uma pesquisa sólida e dos conselhos de especialistas que conheçam bem a Economia Rural (21). O Brasil enfrenta de fato uma necessidade urgente de economistas rurais em número substancial. Como porém satisfazer do modo mais apto tal necessidade?

Em minha opinião, só poderá fazê-lo com a criação e o desenvolvimento de dois centros de ensino de pós-graduação e de pesquisa na Economia Rural — um que concentre a Administração Rural e a Economia da Produção e o outro a Economia Rural Geral (incluindo também a maioria dos outros campos especiais). Embora considerável número de brasileiros continuem a estudar Economia Rural, quer nos Estados Unidos quer em Santiago do Chile ou alhures, a matéria não foi ainda institucionalizada de modo que os especialistas tenham boas oportunidades de emprego, quer como professores quer como pesquisadores, após voltarem ao Brasil. Ademais, os problemas sócio-econômicos dos 40 milhões de pessoas que vivem na zona rural precisam de

(21) Infelizmente, mesmo quando tais recursos especializados existem como em São Paulo, não quer dizer que sejam utilizados necessariamente. Por exemplo, no ano de 59/60 procurava a Secretaria de Agricultura, de São Paulo fazer passar no legislativo uma lei de reforma agrária que iria taxar o valor da terra, de acordo com o seu tamanho, em escalas de taxas médias que aumentavam rapidamente. Quaisquer que sejam os méritos de tal medida, a redação original da lei era tão frouxa que, se aprovada, iria ter efeitos deletérios sérios sobre a economia (máxime na economia estadual de produção animal) assim como haveria de envolver problemas sócio-econômicos mui difíceis de resolver, quer na aplicação da lei quer na administração. No entanto, não fui capaz de descobrir sequer um economista rural do Estado de São Paulo, cujo parecer técnico tenha sido pedido, a respeito desta tão importante medida agrária.

contínuo e especializado cuidado, o qual só poderão oferecer instituições nativas de Ensino e Pesquisa localizadas no próprio país. Alguns leitores sentir-se-ão inclinados a rebater fortemente a minha conclusão de que deveria haver dois centros especializados em Ensino e Pesquisa ao invés de um só. Entretanto, considerando a estrutura institucional da educação superior no Brasil — particularmente a separação intelectual, administrativa e física existente entre as Escolas de Agronomia e Economia — não vejo outra alternativa, se se quiser satisfazer a necessidade de economistas rurais de tipo apropriado.

Como satisfazer a necessidade da Microeconomia Rural

A instituição do primeiro tipo deveria especializar-se em grande escala na Microeconomia Rural — isto é, na economia da pequena propriedade rural, na família rural e na comunidade rural local. Esse programa poderia ser feito com maior propriedade em uma Universidade Rural ou numa Escola de Agronomia porque: (1) sendo orientados para a prática, os especialistas em Administração Rural devem manter estreito e contínuo contato com as propriedades e comunidades rurais atualmente existentes, seja com o objetivo de estudo seja com o de pesquisa; (2) lidando dia a dia com especialidades agrícolas de ordem técnica, os especialistas em Administração Rural deverão trabalhar unidos aos cientistas das matérias bio-físicas (como exercer também sobre eles uma importante influência); (3) necessitando apenas de um limitado setor da teoria econômica (principalmente teorias da produção e da firma) o grupo de administração Rural poderá compensar sua inevitável carência de recursos no campo da Economia Geral, procurando estudar bem e profundamente uma área limitada da teoria; e (4) considerando-se a enorme necessidade de completar o treinamento dos agrônomos e extensionistas, os especialistas em Administração Rural poderão constituir parte integrante de uma Escola de Agronomia.

Se tais carências da Microeconomia Rural devem ser resolvidas, o caminho mais promissor para tal parece ser a consolidação e o desenvolvimento do novo Instituto de Economia Rural em Viçosa. Não é sem algum risco que se propõe tal curso no momento. O programa do curso de pós-graduação em Economia Rural de Viçosa esboça apenas seus primeiros passos. A Escola tem de provar ainda sua produ-

tividade sob o ponto de vista da pesquisa. Viçosa em especial acha-se isolada demais, quer para o ensino quer para a pesquisa. Nos próximos cinco anos, o Instituto precisará de recursos muito maiores para adquirir sua biblioteca altamente inadequada, quer em Economia quer em Sociologia, para financiar o treinamento no exterior do seu recém contratado pessoal, para adquirir o equipamento e o material que lhe permitirão expandir através de todo o Estado sua pesquisa, em vez de se limitar à localidade, para aumentar enfim seu pessoal americano de economistas rurais lá residentes. Mesmo no caso em que o Instituto consiga obter os muitos recursos de que carece, deverá resistir à sua tendência demasiado ambiciosa de querer cobrir todo o campo da Economia Rural, visto que suas facilidades no campo da Economia Rural Geral são relativamente fracas (e que provavelmente ainda assim há de permanecer).

Pelo contrário, acredito que o desenvolvimento mais frutuoso dos atuais e vindouros recursos de Viçosa exigiriam que se aconselhasse a Administração Rural e seus campos mais achegados (em que ela já está relativamente aparelhada) e nêles se erguer com esforço concentrado um programa de ensino pós-graduado de alto quilate, com a pesquisa relativa também desenvolvida. A maior procura atual de economistas rurais no Brasil dimana da rápida expansão dos serviços de Extensão Agrícola e do Crédito Rural Supervisionado, para cada um dos quais especialistas em Administração Rural têm uma contribuição pouco comum a trazer. Aceitando esta área de especialização como meta específica e imediata, Viçosa poderia fazer excelente uso dos especialistas americanos em Administração Rural lá residentes e assim se concentrar num treinamento intensivo de seu pessoal mais jovem nestas matérias. Igualmente poderia conseguir mais facilmente resolver sua carência de equipamento próprio e biblioteca a partir de seus recursos escassos, simplesmente focalizando sua atenção e interesse neste setor menos vasto mas não menos importante.

É de esperar que o presente contrato do Ponto IV com Viçosa seja aumentado de modo a fornecer a parte principal dos recursos de que necessita para tornar possível tal desenvolvimento. Reconheço que os membros do Ponto IV possam opor-se a uma ulterior expansão na contribuição de fato já bem grande que dão a Viçosa. Se assim fôr, recomendaria que o contrato atual Purdue-Ponto IV (ETA-55) seja revisto, a fim de poder oferecer uma redistribuição dos fundos atuais em prol da Administração Rural e da Eco-

nomia de Produção. O atual contrato tem tido êxito pouco comum. Sua falha principal é a sua extensão com relação ao número de especialidades rurais que se acham representadas pelo pessoal americano lá residente. Tal método de abordagem supõe que Minas Gerais e o Brasil se encontram deficitários em todos os setores da Agricultura, quando de fato certos campos técnicos se encontram mui bem desenvolvidos. Porisso, acho eu que se houvera de tirar maiores proveitos do grupo atual de assistência técnica americana em Viçosa, se os setores fôssem cuidadosamente selecionados, de acôrdo com sua maior necessidade relativa de melhoramento, concentrando-se então lá maior número de pessoal americano naqueles setores (v.g. a Administração Rural) que mais carecem é de estímulo e de ajuda financeira.

Em qualquer dos casos, todavia, é de esperar que o Instituto de Economia Rural seja capaz de aumentar suas fontes de ajuda financeira, quer brasileiras quer americanas. Conquanto a Universidade de Purdue esteja realizando um trabalho eminente em Viçosa, a consequência natural do atual contrato do Ponto IV será uma predominância algo forte de uma única instituição americana, quer daqueles que vêm de Purdue quer dos que vão de Viçosa estudar no estrangeiro. Se o número de especialistas americanos em Administração Rural fôr aumentado, seria desejável trazer êstes outros especialistas de outras grandes Universidades dos Estados Unidos. Seria muito conveniente outrossim que a todos os que fôssem mandados para estudar no exterior se encorajasse permanecerem lá durante ao menos dois anos, em vez de seguirem o padrão vigente de 12 meses ou menos.

Resumindo minhas recomendações a respeito do modo de satisfazer às necessidades da Microeconomia Rural, julgo que o Instituto de Economia Rural e a Escola Superior de Agricultura de Viçosa oferecem as melhores perspectivas atualmente. Embora as limitações de Viçosa ainda sejam muitas, tem ela no entanto o espírito, a visão, a liderança exigidas para se estruturar e desenvolver no Brasil um programa de Ensino e Pesquisa de pós-graduação da melhor qualidade, no campo da Administração Rural e da Economia da Produção. Se ela se mostrar disposta a concentrar seus esforços neste objetivo, ela fará jus a um auxílio financeiro mais substancial, quer brasileiro quer americano, com menor probabilidade de risco.

Como satisfazer as necessidades da Macroeconomia Rural

A segunda forte necessidade no Brasil está em facilitar o desenvolvimento de um número limitado de economistas rurais gerais, que possam aliar vasta competência em Análise Econômica a alto nível de competência no setor técnico e institucional da Agricultura. Particularmente importantes, embora muito abandonadas, são as áreas de Mercados e Preços Agrícolas e da Política de Ação Pública, visto envolverem elas a Agricultura, quer direta (reforma agrária, preços mínimos, controle de preços, etc.) e indiretamente (política geral de desenvolvimento, controles monetários, etc.). Por estes motivos, as melhores Escolas de Economia do Brasil e as organizações de pesquisa precisam incluir a Agricultura nos seus currículos como um dos campos de seu interesse primordial.

Mesmo os cursos isolados de extensão dados a pós-graduados, como os que dá atualmente a Universidade do Rio Grande do Sul, têm valiosa contribuição a trazer. Quando a Faculdade de Economia daquela Universidade se decidir, se o fizer — a dar um programa de pós graduação completo, deveria fazer da Agricultura um dos campos de especial desenvolvimento. A Faculdade de Economia da Universidade de São Paulo, ou a Escola de Sociologia e Política da mesma cidade de São Paulo deveria, com proveito, seguir o exemplo da Universidade do Rio Grande do Sul. No âmbito da pesquisa, é de esperar que a Fundação Getúlio Vargas (ou também as Faculdades de Economia supramencionadas) veja ao menos a sabedoria de dar à Agricultura um lugar pleno e contínuo num programa de pesquisa econômica geral bem desenvolvido. Com relação a isto, deveria quicá encarecer que o Ensino e a Pesquisa de pós-graduação em Macroeconomia Rural teria mais a lucrar, se se localizasse num centro urbano de importância como o Rio ou São Paulo. Seu interesse precípua deveriam ser amplos estudos (nacionais e internacionais) de distribuição de recursos, estruturas de mercados, e política de ação pública, tudo dentro da Agricultura ou entre esta e outros setores da Economia. Porisso é que o desenvolvimento melhor da Economia Rural Geral exige afiliação dêste curso, ou ao menos um acesso mais fácil a uma Escola de Economia importante, ao mesmo tempo que estreita associação com as fontes capitais de materiais estatísticos e instituições principais na elaboração da política oficial.

Infelizmente, não possui ainda o Brasil nenhum programa completo de pós-graduação em Economia Geral, ao qual se poderia filiar com acêrto o supramencionado programa de estudo em Economia Rural Geral. Bem que há, no entanto, no Brasil, premente necessidade de tal programa de pós-graduação. Devido ao fato de estarem os melhores economistas brasileiros numa avassaladora proporção no Rio de Janeiro, sòmente lá se poderia arrebANHAR o pessoal competente para formar uma Faculdade de tal calibre. Acrescenta-se a isso que a organização mais importante do Brasil no campo da pesquisa econômica lá se encontra, a Fundação Getúlio Vargas. Por tais razões, é de esperar que a Fundação Getúlio Vargas se mostre corajosa e capaz de tanto expandir substancialmente seu programa de pesquisa econômica atual, quanto de assumir a pesada responsabilidade de estruturar um bom programa de ensino pós-graduado. Quando isto fizer, se o fizer, a Economia Rural deverá tornar-se parte integrante dêste programa de Ensino e Pesquisa. (22) No entanto, se outra instituição no Rio ou alhures se tornar o instrumento principal para a satisfação de tal necessidade, por meio de vasto programa de ensino pós-graduado e pesquisa de alto teor em Economia Geral, ainda recomendaria a incorporação da Economia Rural Geral em tal programa.

Enfim, se êstes programas vastos da Economia Geral falharem, — mas sòmente neste caso — creio se deveria instituir um programa especial de Ensino e Pesquisa de pós-graduação em Economia Rural Geral, baseado em seus próprios méritos. Neste caso, o programa de Macroeconomia deveria ser situado na cidade de São Paulo, possivelmente como um Instituto autônomo da Universidade de São Paulo; como parte da Escola de Sociologia e Política; como uma organização nova independente; ou organismo derivado de um contrato com a Divisão de Economia Rural. (In-

-
- (22) Durante vários anos o Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas tem proporcionado um ano de treinamento em pesquisa a dois bolsistas da Rockefeller, antes de um outro ano de estudo no estrangeiro. Com o novo contrato com o Ponto IV, concordou em dar também um ano de pesquisa prática e de instrução pós-graduada a 10 ou 15 estudantes brasileiros, dos quais 4 ou 5 seriam escolhidos por ano como bolsistas do Ponto IV, o que lhes permite estudar Economia durante um segundo ano nos Estados Unidos

clino-me a favorecer estas quatro alternativas na ordem em que foram mencionadas). Sendo tal organização localizada em São Paulo, todavia, uma precaução seria indispensável. Sômente no caso de esta organização se preocupar com a Agricultura em todo o Brasil, em vez de se concentrar primeiramente em São Paulo, é que ela poderia trazer a contribuição capital de que seria capaz.

Eu daria uma grande prioridade à criação de tal programa em Economia Rural Geral, quer ligado à Fundação Getúlio Vargas, quer a uma instituição de São Paulo. E se Rui Miller Paiva aceitasse o encargo de dirigi-la, então tenho plena confiança em que êste programa teria sucesso marcante.

Uma Palavra Final

Quem quer que faça uma estimativa da Economia Rural no Brasil, muito encontrará que criticar, mas muito também a admirar. De modo especial são dignos de encômio nossos colegas de profissão do Brasil que têm sido os pioneiros em lograrem um lugar ao sol para nossa ciência tão importante e negligenciada. De certo, enfrentaram êles dificuldades enormes que os economistas rurais americanos de hoje, mais favorecidos, podem dificilmente imaginar ou devidamente aquilatar.

Devido a tais esforços e à fortaleza em face da dificuldade, porém, os economistas rurais brasileiros, hoje em dia, estão no limiar de um brilhante novo dia. Os economistas rurais americanos, individual e coletivamente, deveriam dispender qualquer esforço para oferecer aos seus colegas brasileiros u'a mão cordial que lhes permitisse realizar seu fulgurante porvir. É minha esperança que esta apreciação traga ao menos uma contribuição modesta a êste venturoso fim. "Finalmente, amanhã deve fazer-se hoje!" *

(*) Traduzido por J. B. Pinto